

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

SÓCRATES E O SEU ESTADO!

Vários têm sido os factos que se têm sucedido nos últimos tempos evidenciando tíques perigosos do nosso Primeiro Ministro. Perigosos na medida em que evidenciam distúrbios menos democráticos, alguns laivos de controlismo securatista e confusões entre o Estado e a sua própria pessoa ou o seu Partido.

Tendências, que a confirmarem-se, devem merecer da parte de todos a rápida denúncia e o imediato repúdio!

Vejam os alguns dos sinais evidenciados. A alteração da lei das finanças das regiões autónomas e a lei de limitação de mandatos, a alteração da lei da tutela das autarquias locais, a escolha da localização do novo aeroporto de Lisboa, o novo figurino das forças policiais e de segurança e o episódio em torno da licenciatura de Sócrates são apenas algumas de entre outras que nos devem fazer pensar sobre o que realmente se está a passar.

No episódio da lei das finanças regionais, Sócrates ao mesmo tempo que lançou a revisão da lei, iniciou um processo de ataque ao Presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, com comícios do PS por si próprio e por António Costa, antecipando declarações do Ministro das Finanças e relatórios do Ministério. Tudo em conjunto com uma proposta de limitação de mandatos para políticos que só se aplicava a Jardim.

As urnas acabaram por penalizar violentamente o PS e Sócrates...

A proposta de nova tutela sobre as autarquias parece, da mesma forma, virada para alguns autarcas em especial, designadamente Rui Rio. Será por causa do confronto deste com o Governo? Será pela tentativa de reconquistar a Câmara do Porto?

O novo aeroporto não se entende. Defende-se autistamente que a localização está fechada, resistindo estoicamente a todas as críticas, e de repente, em plena campanha para Lisboa, onde o tema é central, decide-se adiar tudo seis meses, curiosamente para depois das eleições...

A reforma das forças policiais e de segurança e de informação, visa uma centralização do seu comando no Primeiro Ministro. Pretende-se um eficaz controle ou um domínio de informações essenciais?

O episódio da licenciatura de Sócrates é mais estranho ainda. Esconde-se a verdade até não se poder mais. Aparecem contradições insanáveis. E parte-se para a perseguição pessoal. Exemplo desta última é a perseguição disciplinar ao professor da DREN e a perseguição criminal ao bloguista que desencadeou o processo. Tudo a raia o ataque a uma das mais sagradas liberdades fundamentais, a liberdade de expressão.

De comum a tudo isto, está uma aparente confusão entre o Estado, o PS e a pessoa do Primeiro Ministro. É necessário estar atento para que Sócrates não transforme o Estado no "seu" Estado!

Em visita de trabalho

Marques Mendes recebe Presidente do PPE



Destaques:

Comissário Europeu das Pescas, nos Açores

Leia em: "Actividades do Presidente"

Campanha "Lisboa a sério" adquire dinâmica e apoios

Em: Campanha Eleitoral de Lisboa

A má orientação da Política Orçamental do Governo PS

Em: Artigo de Opinião de Duarte Pacheco

Marques Mendes recebe Presidente do PPE numa visita de trabalho sobre o próximo Conselho Europeu

O Presidente do Partido Social Democrata, Luís Marques Mendes, recebeu no sábado, 16 de Junho, pelas 9h30, o Presidente do Partido Popular Europeu/Democratas-Cristãos (PPE/DE), Joseph Daul, na sede nacional (Rua de São Cactano à Lapa, 9, em Lisboa).

O presidente do PSD e o líder do Partido Popular Europeu (PPE) concordaram ser “fundamental” que do próximo Conselho Europeu saia uma solução para o Tratado Europeu que acabe com o impasse com que se depara a União Europeia.

Em conferência de imprensa na sede do PSD, no final do encontro com o líder do PPE/DE, Luís Marques Mendes defendeu que este Tratado não irá gerar melhor economia nem criar mais emprego, mas será uma ferramenta indispensável para uma Europa mais competitiva. «Resolver o problema do Tratado é criar uma ferramenta indispensável para uma Europa com uma capacidade de decisão mais eficaz, e dessa forma para uma Europa mais competitiva, com mais crescimento, com mais emprego, com maior prosperidade e maior bem-estar para os europeus», alertou o presidente do PSD.

Nesse sentido, para Marques Mendes, «é fundamental ter a esperança» que a partir do próximo Conselho Europeu (cimeira de líderes dos 27), na próxima semana, seja possível encontrar uma solução que «permita ultrapassar esta crise porque a Europa é um grande projecto».

Para o presidente do Partido Popular Europeu/Democratas-Cristãos (PPE/DE), para defender a Europa e pôr em prática a política europeia é necessário que os partidos democráticos se reúnam e encontrem uma solução para o Tratado Europeu. «Em relação ao Tratado Europeu, espero que na altura do Natal, esteja preparado um presente para a presidência portuguesa para que o possam pôr em prática antes das eleições europeias de 2009», sublinhou Joseph Daul.

Grupo de trabalho para estudar cuidadosamente o TGV

À margem da visita e falando à Imprensa, Luís Marques Mendes revelou ter constituído um grupo de trabalho para estudar cuidadosamente a questão da alta velocidade, procurando garantir que o Governo faça este investimento de uma forma ponderada e sem precipitações.



«É verdade que criei recentemente no partido um pequeno grupo de trabalho para analisar a questão da alta velocidade, a questão do TGV e por esta razão simples: Portugal não é um país rico, Portugal não nada em dinheiro, o investimento na alta velocidade é um investimento enorme, de muitos e muitos milhões de euros», declarou Marques Mendes, no final de uma conferência de imprensa conjunta com o presidente do Partido Popular Europeu, sábado.

De acordo com Marques Mendes, sendo o investimento na alta velocidade em muito superior ao do novo aeroporto, é obrigatório que esse investimento seja feito de forma ponderada, sem precipitações e sem comprometer as gerações futuras. «O que sucedeu com a Ota nos últimos tempos é bem a prova de como devemos agir com cabeça, tronco e membros, sem precipitações e sem comprometer o futuro. É bom que relativamente à alta velocidade haja também muito cuidado e muito rigor, muita exigência, porque estamos a falar de dinheiros públicos, de um volume financeiro brutal e uma coisa é modernizar o país e outra coisa é comprometer e hipotecar as gerações futuras», sublinhou.

O líder do PSD garantiu ainda que as propostas que surjam deste grupo de trabalho serão apresentadas na altura própria mediante o modelo e o projecto de engenharia financeira que o Governo venha a apresentar para o comboio de alta velocidade.

Comissário Europeu das Pescas nos Açores

Por seu lado, o Comissário Europeu responsável pelas Pescas e Política Marítima, Joe Borg, esteve no dia 15 em Portugal para uma visita

oficial a Ponta Delgada (S. Miguel) onde participou numa conferência sobre o “Livro Verde para uma Futura Política Europeia”.

Apresentado pela Comissão Europeia em Junho de 2006, o livro pretende realçar a identidade e a supremacia marítimas da Europa, que devem ser preservadas num período em que as pressões sobre o ambiente podem comprometer o futuro das actividades marítimas. Para além das actividades marítimas, a abordagem proposta no documento integra também a qualidade de vida nas regiões costeiras. Com base neste Livro Verde, a Comissão Europeia lançou uma consulta pública que se prolongará até ao final de Junho de 2007.

O programa da visita foi o seguinte:

Ponta Delgada: Apresentação pelo Comissário Joe Borg de um power point sobre “Livro Verde para uma Futura Política Europeia”, no Hotel Marina Atlântico, em Ponta Delgada

O nosso Presidente felicitou o Governo pelo “recuo” na caso da OTA

O líder do PSD saudou o “recuo” do Governo na sua “política de facto consumado” quanto à Ota e a sua decisão de estudar a solução Alcochete.

“Disse mais do que uma vez que seria o primeiro a saudar o Governo se recusasse quanto à questão da ota e se abandonasse a política de facto consumado que tem seguido”, disse o presidente social-democrata.

“Estou a cumprir aquilo que prometi e saúdo o governo por ter admitido encarar outras soluções”, acrescentou.

O ministro das Obras Públicas,

Transportes e Comunicações, Mário Lino, afirmou no Parlamento, que o Governo vai fazer estudos comparativos entre a Ota e Alcochete, para saber qual destes é o melhor local para construir o novo aeroporto de Lisboa.

Mário Lino, que falava durante o colóquio sobre a construção do novo aeroporto de Lisboa, disse que mandou o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) para estudar a viabilidade de construir o aeroporto em Alcochete.

Para Marques Mendes, que falava no Parlamento, “é bom que se comparem várias soluções e que se encontre no final a solução mais económica, mais barata, mais segura e mais eficaz”.

“Agora há finalmente a possibilidade de se fazer uma comparação e eu estou certo que ela ditará uma decisão que seja a melhor solução e não uma política de facto consumado”, acrescentou.

“Esta não é uma questão partidária mas sim nacional e fundamental para o desenvolvimento do país”, disse o líder do PSD, que garantiu, numa resposta às críticas de que agiu neste processo com ligeireza, de que nunca apontou até hoje uma solução alternativa em concreto.

“Quanto estive no Poceirão disse que era importante estudar novas localizações e abandonar a política do facto consumado. Disse sempre que se deveriam estudar outras alternativas, em particular na margem Sul”, afirmou.

Para o presidente social-democrata o LNEC “é uma entidade isenta, rigorosa e independente” e garantiu não ter “nenhuma objecção em que seja escolhido para estudar o assunto”.

A construção do novo aeroporto da região de Lisboa em Alcochete é defendida por um estudo hoje entregue pelo presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) ao Presidente da República.

“A primeira fase vai ser uma avaliação prévia da efectiva viabilidade da opção Alcochete”, explicou Mário Lino.

Se se confirmar essa viabilidade, passa-se à segunda fase, que consiste na avaliação comparada das duas localizações, Ota e Alcochete, segundo o ministro.

Todo o processo deverá durar um máximo de 6 meses e, durante esse período, Mário Lino garante que o Governo não tomará qualquer decisão irreversível sobre o novo aeroporto. –

Fontes: Gab. Imp. PSD, Lusa



Calvão da Silva e Macário Correia Vice-presidentes da Comissão Política

O presidente social-democrata, Marques Mendes, vai propor Calvão da Silva e Macário Correia para ocupar as duas vagas na vice-presidência da Comissão Permanente, anunciou hoje o partido.

A ser aprovada a proposta em Conselho Nacional, marcado para 22 de Junho, o partido vai voltar a contar com seis vice-presidentes, em vez dos cinco com que se mantinha desde a saída de Paula Teixeira da Cruz para a presidência da Distrital de Lisboa.

João Calvão da Silva é professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e já passou pela vice-presidência no tempo da liderança social-democrata de Mota Pinto.

José Macário Correia, ex-secretário de Estado do Ambiente de Cavaco Silva, é actualmente presidente da Câmara Municipal de Tavira.

Mantêm-se na vice-presidência Eduardo Azevedo Soares, Arlindo Cunha, Assunção Esteves e Manuel Lancastrre.

Ao Conselho Nacional de 22 de Junho, Marques Mendes vai propor ainda dois novos vogais para a Comissão Política Nacional: Bernardino Vasconcelos, presidente da Câmara Municipal de Trofa, e José Amaral Lopes, ex-secretário de Estado da Cultura e ex-vereador da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, segundo nota hoje divulgada.

Fonte oficial do partido tornou público que se trata de um “reforço” da composição deste órgão, e não de uma substituição, como no caso de Paes Antunes.

PSD quer ouvir responsáveis pelos estudos das alternativas aeroportuárias

O PSD requereu a audição parlamentar dos autores do estudo encomendado pelo presidente da CIP e do responsável do LNEC pela análise comparativa da Ota e Alcochete, assegurando que o partido parte com “total abertura” para esta “nova fase”.

Numa carta enviada hoje ao presidente da Comissão de Obras Públicas, o líder parlamentar do PSD requer a marcação de uma audição parlamentar destes técnicos “com o objectivo de conhecer a metodologia do trabalho e por forma a que a AR não seja marginalizada e antes cumpra a sua estrita obrigação de acompanhamento e fiscalização do processo político de decisão sobre tão



magna questão”.

“O recuo do Governo na sua política de facto consumado quanto ao novo aeroporto internacional de Lisboa abre finalmente espaço a um debate sério e fundamentado sobre uma questão tão importante para o país”, lê-se na missiva.

Um debate que, é ainda referido, “tem de ser feito não com base nos estudos encomendados à medida da Ota promovidos pelo Governo mas sim em torno de estudos técnicos independentes que analisem e

seguramente um excelente ponto de partida para este debate”, pelo que requer “a marcação de uma audição parlamentar aos responsáveis técnicos deste estudo, bem como ao coordenador da equipa do LNEC que irá conduzir a análise comparada”.

Em declarações aos jornalistas, o líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, assegurou que o partido parte para “a nova fase” que agora teve início com “total abertura”, esperando da maioria parlamentar a mesma atitude.

“O PSD parte com total abertura e uma atitude construtiva para encontrar a melhor solução para o país”, disse Marques Guedes.

Contudo, acrescentou, os social-democratas esperam da maioria socialista “uma atitude de igual receptividade”, perante o “grande virar de página” que ocorreu na segunda-feira, quando o Governo “abandonou a política do facto consumado”.

Marques Guedes assinalou ainda a necessidade da Assembleia da República se associar a esta “nova etapa”.

“Não haverá um consenso político se a Assembleia da República continuar marginalizada como agora”, sublinhou.

O líder parlamentar do PSD disse ainda esperar que a audição parlamentar dos autores do estudo encomendado pelo presidente da CIP e do responsável que vier a ser

indigitado pelo Governo para coordenar o estudo comparativo entre a Ota e Alcochete ocorra antes das férias parlamentares de Verão.

Por outro lado, adiantou, seria importante que o estudo comparativo que o LNEC irá realizar abrangesse três áreas: a questão da segurança aeroportuária, os problemas ambientais e os custos.

O ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, afirmou segunda-feira, no Parlamento, que o Governo vai fazer estudos comparativos entre a Ota e Alcochete, para saber qual destes é o melhor local para construir o novo aeroporto de Lisboa.

Estudar todas as alternativas possíveis à Ota

No dia 18, o PSD afirmou-se disponível para viabilizar os estudos de todas as alternativas possíveis ao aeroporto da Ota, incluindo a solução de manter a Portela com mais uma infra-estrutura aeroportuária.

“É bom analisar todas as alternativas possíveis à Ota, seja a de Alcochete, seja a do aeroporto da Portela mais um”, declarou o vice-presidente do PSD Miguel Frasquilho em conferência de imprensa.

Miguel Frasquilho referiu que entende que, “estudando todas as alternativas, pode escolher-se no final a melhor solução – a mais barata, a



comparem alternativas”.

Para o líder da bancada social-democrata, “o estudo técnico já presente ao Governo e ao senhor Presidente da República é

mais rápida e a melhor para o ordenamento do território – para o país” em termos de novo aeroporto internacional de Lisboa.

“Como sempre dissemos, a Ota não é uma boa solução”, sustentou o deputado social-democrata, antes de lançar dúvidas sobre o traçado e o modelo de financiamento previsto pelo Governo para o comboio de alta velocidade (TGV).

“Ao contrário dos disparates ditos por membros do Governo, o PSD não quer que Portugal desrespeite tratados internacionais” [com Espanha] no que concerne ao TGV, explicou Miguel Frasquilho.

Segundo o ex-secretário de Estado de Durão Barroso, “o modelo de financiamento do TGV deve ser rigoroso, não comprometendo as gerações futuras com dívidas, porque estão em causa muitos milhões de euros”.

Despesa do Estado “está a derrapar” e que é “grave” a queda do investimento público

Na mesma conferência de Imprensa, o vice-presidente da bancada social-democrata, Miguel Frasquilho disse que os dados da execução orçamental do Governo até ao final de Maio demonstram que a despesa do Estado “está a derrapar” e que é “grave” a queda do investimento público.

Os dados entre Janeiro e Maio deste ano revelam que a despesa corrente primária cresceu 4,9 por cento, acima do orçamentado pelo Governo (3,1 por cento).

Segundo o ex-secretário de Estado de Durão Barroso, nos primeiros cinco meses do ano o investimento público “caiu 20,5 por cento”, dado que classificou como “grave”.

“Baixar o investimento público é prejudicar a economia e contribuir para mais desemprego”, advertiu.



Em linhas de gerais, de acordo com o dirigente da bancada do PSD,



“comprova-se uma tendência negativa” na política económica do actual Governo.

“Sobem as despesas inúteis e improdutivas do Estado e baixa a despesa de investimento, aquela que é produtiva e que ajuda a criar riqueza”, apontou Miguel Frasquilho, dizendo que estes indicadores explicam o facto de Portugal “continuar a ter o mais baixo crescimento económico de toda a União Europeia e que os portugueses sintam o respectivo poder de compra a baixar”.

Perante as dificuldades ao nível da execução orçamental, o cabeça de lista do PSD pelo círculo de Setúbal acusou o Governo de “recorrer a truques e habilidades orçamentais” com o anúncio da privatização de 50 por cento das Estradas de Portugal.

“Esta decisão do Governo procura colocar as estradas de Portugal fora do perímetro das administrações públicas, ou seja, as contas desta empresa deixam de contar para o cálculo do défice público”, denunciou.

Segundo Miguel Frasquilho, as transferências de capital previstas no

Orçamento do Estado para as Estradas de Portugal este ano ascendem a 533,2 milhões de euros, aos quais se juntam 226,7 milhões de euros provenientes de fundos comunitários.

“Só os investimentos previstos desta empresa para 2007 ascendem a 1,470 mil milhões de euros. Sabe-se também que as Estradas de Portugal já terão gasto, até Abril, 75 por cento das verbas transferidas do orçamento”, referiu.

Face a este quadro, Frasquilho disse que, se a tendência de conservar, “levará a uma situação em que, nos próximos meses, deixará de ser possível assegurar o pagamento dos salários” antes do final do ano.

“Trata-se de um caso de clara insuficiência orçamental”, acusou o ex-secretário de Estado.

Em termos teóricos, Miguel Frasquilho não se opôs a uma abertura das Estradas de Portugal a capitais privados, mas considerou “estranho que esta empresa pública não tenha integrado a lista das empresas privatizáveis apresentada pelo Governo no ano passado”.

“O Governo tirou agora este coelho da cartola, privatizando as Estradas de Portugal, para colocar em marcha uma desorçamentação e para atenuar as suas dificuldades ao nível

do controlo da execução orçamental”, sustentou.

Política de saúde tem sido “lesiva dos direitos dos portugueses” e criado “graves discriminações”

O PSD considerou no Parlamento, que a política de saúde tem sido “lesiva dos direitos dos portugueses” e criado “graves discriminações na população mais carenciada”, embora o Ministro da tutela tenha procurado manter que a saúde “tem melhorado generalizadamente”.

Numa interpelação ao Governo sobre as políticas de saúde, o PSD, pela voz da deputada Zita Seabra, argumentou que a política seguida “tem sido realizada contra os pobres, os idosos e os excluídos, sem quaisquer resultados na capacidade de rentabilizar meios, racionalizar custos e melhorar serviços”.

A estas críticas, que se generalizaram nas intervenções dos restantes partidos da oposição parlamentar, António Correia de Campos, defendeu que o “Serviço Nacional de Saúde (SNS) continua a cumprir o seu papel”.

Apesar de o debate ser em torno das políticas de saúde, o facto político acabou por ser um estudo encomendado pelo Executivo sobre a sustentabilidade do SNS, que os partidos da oposição acusam o Governo de estar a esconder, tendo-o guardado na gaveta há cerca de quatro meses.

Sobre este assunto, Correia de Campos garantiu que a versão preliminar do estudo foi já entregue aos ministros da Saúde e das Finanças e que os resultados serão divulgados oportunamente e alvo de um debate público.

Na sua intervenção, Zita Seabra salientou que, dois anos depois de o PS chegar ao Governo, “longe ficaram as promessas eleitorais e o balanço é doloroso”, estando “a saúde mais cara para os portugueses, o acesso mais difícil e as discriminações agravaram-se entre o interior e o litoral e entre quem pode pagar e quem não dispõe de meios para o fazer”.

Este longo rol de críticas do PSD, foi apoiado genericamente pelos restantes partidos da oposição, que consideram que “a saúde em Portugal está doente”.

Face a dúvidas do PSD, do PCP, do BE e do CDS-PP sobre se o Governo pretende aumentar as taxas moderadoras face à inflação ou se quer obrigar ao pagamento das mesmas os dadores de sangue, as grávidas e os desempregados (até agora isentos), o ministro garantiu que até ao final da legislatura não haverá alterações.

Zita Seabra defendeu que “é chegado o momento de criar uma gestão completamente transparente



do SNS” e que, em vez de acabar com a ADSE, o Ministério da Saúde devia criar o controlo de transparência que a ADSE tem no SNS”.

Na chegada do Verão, Deputados do Porto querem esclarecimentos sobre apoios de praia

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo do Porto solicitaram hoje esclarecimentos ao governo sobre as razões que originaram a decisão de selar e destruir todos os equipamentos de apoio existentes na praia fluvial da Lomba, Gondomar.

“Porque não optaram as autoridades competentes pela reabilitação de um espaço que foi construído com dinheiros públicos?”, questionam os deputados no requerimento dirigido ao presidente da Assembleia da República.

No documento, a que a Lusa teve acesso, os parlamentares do PSD eleitos pelo círculo do Porto consideram que a decisão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), na sequência de orientações do Governo Civil do Porto, é “exagerada e discriminatória”, recordando que se trata de uma área frequentada por cerca de 15 mil pessoas anualmente.

“A demolição das estruturas e equipamentos de apoio não vai impedir que esta área seja utilizada pelas populações, mas favorecer uma ocupação desregrada e a sua consequente degradação”, defendem os parlamentares social-democratas.

Entre os equipamentos a demolir encontram-se um bar, balneários públicos, um grelhador colectivo, uma zona de merendas e um parque de estacionamento.

Uma posição idêntica à dos deputados do PSD foi transmitida à Lusa pelo deputado comunista Honório Novo, que considerou a decisão “precipitada”.

“Se a ideia (da CCDRN) é acabar com a utilização daquela praia, penso que se está a chover no molhado. É preferível legalizar a situação, melhorando as condições de ocupação, do que destruir o que existe, criando condições para uma utilização mais anárquica pelos banhistas”, defendeu Honório Novo.

A decisão da CCDRN já foi contestada pela Junta de Freguesia da Lomba, que anunciou a intenção de promover um protesto popular contra a retirada dos equipamentos existentes no areal junto ao rio Douro, que considerou ser “o maior atentado político contra a freguesia desde Abril de 1974”.

A notificação para demolição dos equipamentos de apoio à praia fluvial foi feita em Maio pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. – **CPD/PSD-Porto**



Guilherme Silva espera a inconstitucionalidade do regime de incompatibilidades para Açores e Madeira

O deputado social-democrata Guilherme Silva considerou que o envio para o Tribunal Constitucional da lei que estende o regime de incompatibilidades aos deputados dos Açores e Madeira era “uma decisão esperada”, antecipando que o diploma será declarado inconstitucional.

“Era uma decisão esperada”, afirmou Guilherme Silva, em declarações aos jornalistas no Parlamento, numa reacção à decisão do Presidente da República de enviar para o Tribunal Constitucional (TC) a lei do PS que estende o regime de incompatibilidades aos deputados dos Açores e da Madeira.

Em comunicado divulgado no “site” da Presidência da República, Cavaco Silva explica ter “fundadas dúvidas quanto à constitucionalidade” da lei, aprovada na Assembleia da República e contestado pelo PSD/Madeira, de Alberto João Jardim, por poder violar o Estatuto Político-Administrativo das Regiões Autónomas.

O artigo 7 do artigo 231.º da Constituição, que o presidente tem “fundadas dúvidas” de estar a ser violado, determina que “o estatuto dos titulares dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas é definido nos respectivos estatutos político-administrativos”.

Aos jornalistas, o deputado do PSD eleito pelo círculo da Região Autónoma da Madeira recordou igualmente este artigo da Constituição, lamentando que o PS tenha “obrigado” do Presidente da República, “no uso de uma prerrogativa Constitucional que tem todo o sentido neste caso”, a enviar o diploma para o TC.

“Não é elegante antecipar juízos do TC, mas parece-me que, inevitavelmente, terá que ser inconstitucional aquela lei”, acrescentou Guilherme Silva. Na nota divulgada no “site” da Presidência, Cavaco Silva refere que o pedido de fiscalização preventiva “não implica”, da sua parte, “qualquer juízo de mérito sobre a extensão aos deputados das assembleias legislativas regionais do regime de incompatibilidades e impedimentos dos restantes titulares de cargos políticos”.

A lei que alarga o regime de incompatibilidade foi aprovada a 17 de Maio, no Parlamento, com os votos favoráveis do PS, PCP, Bloco de Esquerda e PEV, numa votação marcada pela ausência dos parlamentares socialistas eleitos pelas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Alberto João Jardim, líder do PSD/Madeira e chefe do Governo Regional madeirense, foi um crítico feroz desta lei, ameaçando não a cumprir.

“Se quer de facto um braço de ferro [entre Lisboa e Funchal], desde já fica claro que a lei, para além de vir a ser impugnada constitucionalmente, nós não a vamos aplicar. Agora mandem a marinha de guerra”, declarou Jardim, na véspera da aprovação da lei no Parlamento.

Há um ano, quando apresentou a iniciativa, na Madeira, o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, justificou o projecto de lei com o objectivo “preencher lacunas, designadamente acabar com promiscuidades e ter regras que balizem interesses público e privado”.

O actual regime de incompatibilidades aplica-se aos titulares de órgãos de soberania – Presidente da República, Assembleia da República e Governo – e aos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos, onde se incluem “os ministros da República para as Regiões Autónomas, os membros dos Governos Regionais e o provedor de Justiça”. – **GP/PSD**

“Lisboa a Sério!”

A candidatura de Fernando Negrão adquire dinâmica e apoio popular

A lista do PSD à Câmara de Lisboa é encabeçada novamente por um independente, Fernando Negrão, que procurou rodear-se de pessoas com experiência autárquica e na gestão, pretendendo uma “vitória clara”: ganhar as eleições intercalares a 15 de Julho.

“Acho que eu sou o único independente na lista”, disse o candidato social-democrata à Lusa, explicando que nunca teve por hábito perguntar às pessoas com quem trabalha qual a sua filiação partidária.

Adiantando que a composição da lista foi decidida de forma “completamente independente”, Negrão refere que a sua prioridade foi procurar pessoas com experiência autárquica.

É o seu caso pessoal, já que até recentemente foi vereador na oposição na Câmara de Setúbal, além dos casos de António Prôa (número quatro), Sérgio Lipari Pinto (número cinco) e Paulo Moreira (sétimo), três ex-veredores do anterior executivo, liderado por Carmona Rodrigues, candidato independente apoiado pelo PSD nas últimas eleições autárquicas, em Outubro de 2005.

Como número dois, Negrão é acompanhado por José Frederico de Lemos Salter Cid, que foi secretário de Estado Adjunto e das Comunicações e secretário de Estado da Segurança Social nos governos de Cavaco Silva, tornando-se ministro da Agricultura do governo de Santana Lopes.

Nascido em pleno Ribatejo em 1954, licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE, trabalhou na Marconi e Portugal Telecom, mas foi ocupando vários cargos na área que domina por tradição familiar: a agricultura, tendo



passado pela Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo e pela empresa pública agrícola ribatejana, a Companhia das Lezírias.

A número três da lista é Margarida Saavedra, que é “funcionária da Câmara de Lisboa desde sempre”, onde exerceu funções como directora do Departamento de Urbanismo, tendo sido também assessora da actual presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e líder da distrital de Lisboa do PSD, Paula Teixeira da Cruz.

O seu número quatro é António Prôa, ex-vereador do Ambiente e Espaços Verdes nos executivos de Santana Lopes e Carmona Rodrigues,

seguido-se Sérgio Lipari Pinto, que assumiu no último mandato o pelouro da Acção Social, e que entrou em conflito com o ex-presidente da autarquia, nomeadamente por divergências quanto à gestão da empresa que gere os bairros municipais, a Gebalis.

Sobre a presença de elementos do anterior executivo na sua lista, Negrão considera que “uma coisa foi o trabalho do engenheiro Carmona Rodrigues e outra coisa foi a acção dos vereadores e é por isso que hoje existem duas candidaturas”: a sua e a do antigo presidente da Câmara, que avançou como independente.

A professora universitária Teresa Leal Coelho, actualmente investigadora no Instituto de Defesa Nacional, é a número seis, seguida de Paulo Moreira, ex-vereador da Câmara Municipal e que integrou os executivos das juntas de freguesia de Coração de Jesus e de São Sebastião da Pedreira.

Em oitavo surge Afonso Costa, presidente da Associação Académica de Lisboa e da Junta de Freguesia do Alto de São João, seguido-se Hermínia Cabral, economista, antiga secretária de Estado Adjunta e do Desenvolvimento Regional no governo de Santana Lopes e actualmente directora-adjunta do Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano da Fundação Calouste

Gulbenkian.

O décimo lugar da lista é ocupado por Manuel Araújo, economista, assessor principal do Ministério das Finanças e antigo deputado na Assembleia Municipal de Lisboa.

Além de salientar a experiência dos elementos, Negrão pretende que a lista tenha “espírito de equipa”, a par de uma “forte liderança”.

Para tal, adianta, é essencial “conversar e perceber a maneira de trabalhar” de todos os elementos da lista, ao mesmo tempo que pretende demarcar-se da anterior presidência, onde considera ter existido “um problema de falta de liderança, inacção e falta de decisão”, que levaram “à degradação da câmara”.

“O presidente da Câmara de Lisboa não pode deixar que a situação se degrade ao ponto de algumas divergências se tornarem públicas”, considerou, em entrevista à Lusa.

“Acho estranhíssimo [que tenham ocorrido tais divergências]. Carmona deveria ter capacidade para demitir o vereador ou demitir-se a si próprio”, considerou, garantindo que, caso tenha “problemas com um vereador”, não hesitará em transmitir-lhe que perdeu a confiança nele, retirando-lhe os pelouros.

Para Fernando Negrão, uma “vitória clara” será ganhar as eleições.

E uma “derrota clara”? “Não ganhar”, diz, rejeitando que para ele



uma derrota signifique ter um resultado inferior a outros candidatos.

Fernando Negrão visita Mercado de Benfica

O candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa visitou sábado de manhã o Mercado de Benfica, numa acção de pré-campanha que teve como objectivo contactar com os habitantes daquela zona da cidade.

Fernando Negrão foi recebido, cumprimentou e foi aclamado pela população que àquela hora fazia as suas compras matinais e auscultou as necessidades dos comerciantes que exercem a sua actividade naquele local.

O candidato teve ainda oportunidade de se referir à importância que estes pólos de comércio local desempenham na vida de cidade e foi sensível às queixas de falta de apoio que os comerciantes manifestaram.



Um dia junto ao Tejo, na Associação Naval de Lisboa

O candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Negrão, deslocou-se sábado à Associação Naval de Lisboa, instituição que conta mais de 150 anos e que tem desenvolvido uma actividade pedagógica na formação de jovens numa relação estreita com o rio Tejo.

Durante a visita, Fernando Negrão, acompanhado por membros da direcção, inteirou-se das dificuldades daquela instituição nomeadamente as que se prendem com a falta de espaço devido ao número de jovens a quem dão formação.

Em declarações aos jornalistas,

Fernando Negrão, reafirmou a necessidade «de se criar uma articulação entre as autoridades portuárias e a câmara, de modo a haver um planeamento mais consentâneo com as necessidades da população de modo a devolver aquela zona ribeirinha aos lisboetas». Afirmou ainda que «o Tejo deverá estar mais acessível de forma a permitir uma maior fruição enquanto espaço de lazer e de divertimento para a população».

Negrão não quer o Governo dentro da Câmara

Na sua entrevista à TSF, Fernando Negrão defendeu que

pretende “impedir que o Governo central entre pela Câmara a dentro”.

Fernando Negrão defende que a Câmara Municipal de Lisboa tem forma de proceder ao seu próprio saneamento financeiro, sem ter que recorrer ao Governo.

«A Câmara tem um imenso património, e como tal o meu objectivo é o de construir um fundo imobiliário que permita o pagamento das dívidas de curto prazo a todos os fornecedores. É bom que se entenda que, se a Câmara se tornar boa pagadora, consegue poupar largos milhares de euros, pois torna-se possível negociar os preços dos bens e serviços que adquire.»

Por outro lado, «contrair um

empréstimo é continuarmos a habituar a viver com dinheiro alheio», disse, adiantando que o objectivo da criação de um fundo imobiliário é «pagar as dívidas mais prementes, racionalizar o funcionamento da Câmara cortando nas despesas que não são necessárias e deixar de viver à custa de empréstimos».

Não nos podemos esquecer que existem dossiers onde a autarquia de Lisboa e o Governo têm opiniões distintas, nomeadamente o caso da OTA. Por esse motivo, a Câmara de Lisboa não pode aceitar a “ajuda” do Governo, sob pena de hipotecar os seus próprios interesses e pontos de vista em dossiers de importância vital para a Cidade.

Fundo com bens imobiliários da câmara para combater dívidas

O candidato do PSD defende a criação de um fundo constituído por bens imobiliários da autarquia para saldar todas as dívidas a curto prazo da autarquia.

Fernando Negrão, que efectuou uma visita à extensão do Centro de Saúde de Carnide, segunda-feira, assegurou ainda que o fundo «constituído por uma parte de património imobiliário» servirá para estabilizar financeiramente a cidade e acrescentou que a autarquia «terá sempre a opção de poder readquirir esses bens».

Quanto aos problemas de degradação do centro de saúde de Carnide, Fernando Negrão disse que a solução passa por «chegar a acordo com o Governo para proporcionar à Câmara Municipal de Lisboa as verbas para a construção de centros de saúde novos, porque o faz mais depressa e mais barato». – Fontes: Lusa e PSD/PL





Intervenção sobre a petição apresentada pelo o Pessoal de Voo – Comissários de Bordo, Assistente de Bordo, Supervisor de Cabine e Chefe de Cabine – pretende que a sua actividade seja classificada como “especialmente desgastante”, com o conseqüente direito de passagem à reforma aos 60 anos, sem qualquer penalização, e com opção de reforma aos 55 anos de idade.

Deputado Arménio Santos
Assembleia da República, 15 de Junho de 2007

(...)
Segundo estes profissionais, as condições laborais em que desenvolvem a sua actividade, são especialmente penosas e desgastantes, causando-lhes um elevado desgaste físico e psíquico.

Invocam, para esse desgaste, factores determinantes como a atmosfera artificial em que decorre o seu trabalho, as variações climáticas bruscas, as mudanças rápidas de fusos horários e as cargas pesadas que têm de manipular nestas condições adversas.

Consideram também que o seu bom desempenho profissional nos aviões depende da sua condição física e psíquica, pelo que a eficiência da sua intervenção pode ser perigosamente afectada em casos de acidente ou em situações de

emergência.

Consideram ainda que as condições em que exercem a sua actividade não são, por isso, menos penosas do que outras profissões que já foram classificadas como “especialmente desgastantes”, como são os casos dos trabalhadores da Marinha do Comércio ou os Controladores de Tráfego Aéreo.

Refira-se, que sobre esta pretensão do Pessoal de Voo foram solicitados esclarecimentos ao Governo, pela Comissão de Trabalho, para saber a posição do Executivo sobre esta matéria.

O actual Governo, através do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ministro do Trabalho, informou que considerava prejudicada a promoção de qualquer iniciativa legislativa que

desse acolhimento às pretensões suscitadas pelos peticionantes.

É neste quadro, Senhor Presidente, que entendemos ser necessário definir com clareza “o conceito de profissão desgastante”, de maneira a que esta classificação não seja invocada sem fundamento nem rejeitada de forma injusta.

É necessário que as actividades profissionais penosas e desgastantes e que enquadrem o conceito de profissão “especialmente desgastante”, sejam devidamente tipificadas, para que estes casos, como o que estamos a discutir, não sejam objecto de apreciações desenquadradas.

O PSD compreende perfeitamente que o Pessoal de Voo, olhando para o lado e vendo outras profissões semelhantes a serem



tratadas como “especialmente desgastantes”, também tenha expectativa e reclame para si igual tratamento.

É por esses motivos que manifestamos a nossa disponibilidade para contribuir para a clarificação do conceito de profissão “especialmente desgastante” adaptado aos tempos de hoje, para assim se dar resposta às situações como esta apresentada pelo Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil.



Intervenção sobre a petição apresentada pela Junta de Freguesia que solicita a supressão das carreiras da Carris da cidade de Odivelas

Deputado Fernando Santos Pereira
Assembleia da República, 15 de Junho 2007

Metropolitano de Lisboa a Odivelas, foi efectuada uma adaptação da rede de transporte público rodoviário, de forma a servir os percursos de acesso às estações do metro e potenciar a utilização do novo meio de transporte público de passageiros, rentabilizando do ponto de vista social o elevado investimento público realizado;

Respondeu, igualmente, que a Direcção-Geral Transportes Terrestres e Fluviais foi incumbida de coordenar as acções conducentes à readaptação do sistema de transportes face à extensão da rede de metropolitano a Odivelas, nomeadamente a reestruturação da rede de Transportes Público Rodoviários de Passageiros e a organização das interfaces das estações metropolitanas;

Que estes estudos foram sujeitos a um processo negocial com a Carris, a Rodoviária de Lisboa e a Câmara Municipal de Odivelas.

Acresce que o então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Carmona Rodrigues, determinou que a partir do dia 1 de Julho de 2004 a oferta da Carris fosse limitada ao Senhor. Roubado,

devendo o Metropolitano de Lisboa e a Carris empreender esforços para informar os utentes e a população desta medida.

Quanto à carreira 101, o Governo informou que a mesma estava concessionada à Carris em regime provisório uma vez que, de acordo com o enquadramento legal existente, a Rodoviária de Lisboa tem direitos sobre a exploração do percurso entre o B.º Dr. Lima Pimentel e as Patameiras, e como tal “a viabilidade da Carris servir aquele percurso estará sempre condicionada a um acordo com o operador Rodoviária de Lisboa, titular dos direitos de exploração”.

O MOPTC considera, ainda que se encontra em fase de conclusão o processo tendente à reformulação das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e Porto, entidade que será responsável pelo planeamento e coordenação do sistema de transportes ao nível metropolitano.

(...)
Independentemente de decisões que podem ter sido tomadas em consequência de opções nascidas de uma avaliação errada, existe e persiste uma situação que afecta a mobilidade

dos cidadãos do Concelho de Odivelas.

Lembra-se que, além da supressão das carreiras, o percurso de metro entre o Senhor Roubado e Odivelas implica o aumento do preço do bilhete ou do passe social, face à alteração da coroa, pelo que se torna fundamental que se dê resposta a esta justa pretensão dos utentes de Odivelas.

Por isso a posição do Governo tem de ser clarificada, uma vez que não se avizinha a reformulação das Autoridades Metropolitanas de Transportes, cuja entrada em funcionamento foi prometida pela Senhora Secretária de Estado para seis meses após a tomada de posse do Governo e já lá vão quase dois anos, sem que nada fosse feito.

A indecisão quanto às Autoridades Metropolitanas de Transportes não pode servir de desculpa para que não se tome uma decisão estruturante para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos de Odivelas.

Espera-se que o Governo resolva esta situação para que todos tenham direito a um transporte colectivo de qualidade e em segurança.



Intervenção sobre a Petição n.º 135/X/1.ª, apresentada pela Confederação dos Agricultores de Portugal, através da qual se solicita uma intervenção da Assembleia da República para que lhes seja atribuído aquilo a que legalmente consideram ter direito, em matéria de medidas agro-ambientais, sendo que em 2005 o Ministério da Agricultura decidiu não proceder ao pagamento das mesmas

Deputado Ricardo Martins
Assembleia da República, 15 de Junho de 2007



Discute-se hoje a **Petição n.º 135/X**, cujo primeiro subscritor é a CAP e que recolhe mais 9.402 assinaturas, através da qual se solicita uma intervenção da Assembleia da República para que lhes seja atribuído aquilo a que legalmente consideram ter direito, em matéria de medidas agro-ambientais, dado que em 2005 o Ministério da Agricultura decidiu não proceder ao pagamento das mesmas.

Antes de passar à matéria de facto não posso, porém, deixar de fazer uma nota prévia sobre a forma como o Partido Socialista tratou, ou melhor dizendo, **maltratou** esta Petição e os mais de 9.400 cidadãos portugueses que a subscreveram.

Se dúvidas houvesse quanto à confusão permanente que o Partido Socialista faz entre Maioria Absoluta e Poder Absoluto, a forma como o PS geriu este dossier é bem reveladora disso mesmo.

Visivelmente incomodado com a matéria versada na petição, o PS tentou por todas as formas impedir a sua discussão em plenário, chegando ao cúmulo e ao despudor de chumbar integralmente as conclusões e parecer do relatório apresentado em sede da 6.ª Comissão, sem que apresentasse qualquer alternativa, **com o único intuito de inviabilizar o agendamento da petição para Plenário.**

Ainda assim, esta deplorável prática não nos surpreende porquanto está em linha com uma velha máxima que o Partido Socialista parece definitivamente ter adoptado segundo a qual **“quem se meter com o PS leva”**.

Felizmente cumpriu-se o Regimento e a Constituição da República não foi atropelada, respeitando-se o direito que assiste a *“todos os cidadãos de apresentar petições, reclamações ou queixas para defesa dos seus interesses.”*

(...)

Ultrapassada que está esta diatribe do Partido Socialista, falemos agora da matéria que tanto incómodo lhes causou e que se prende com a decisão deste Governo de não pagar as candidaturas a medidas agro-ambientais apresentadas pela 1.ª vez em 2005, decisão que tive já ocasião de, nesta mesma Câmara a 1 de Março de 2006, classificar como **discriminatória, prepotente e de má fé.**

Se o Governo queria mudar medidas de política agrícola, que o fizesse, é um direito que lhe assiste, mas sempre acautelando o pagamento das ajudas devidas aqueles agricultores que encetaram a exploração das suas terras respeitando o meio ambiente, os recursos naturais e a protecção da biodiversidade, no estrito cumprimento das responsabilidades inerentes às candidaturas que em altura oportuna e no calendário definido pelo próprio Estado apresentaram.

O Governo desculpou-se, na ocasião, com a falta de dotação financeira, **mas a verdade acaba sempre por vir ao de cima.**

E a verdade é apenas uma e só uma: **o senhor Ministro da Agricultura não gosta das medidas**

agro-ambientais. Ponto final. Parágrafo.

A comprovar isso mesmo está a proposta de PDR que o Senhor Ministro enviou a Bruxelas e na qual marginaliza, **reduz drasticamente** o peso das medidas agro-ambientais.

É uma decisão em contra ciclo num momento em que tanto se discute a necessidade de preservar o ambiente, mas é também uma forte machadada na sustentabilidade de uma parte significativa das nossas explorações agrícolas. Esta decisão prejudicou mais de 26.000 agricultores.

Mas é sobretudo mais uma prova, como se ainda fosse necessário, em como este Ministro da Agricultura aposta tudo no apoio a sectores e regiões já de si competitivas, em detrimento do apoio aos pequenos agricultores que desenvolvem a sua actividade em áreas de montanha, em regiões mais pobres ou economicamente deprimidas.

Infelizmente, é apenas mais uma decisão a juntar a tantas outras que atesta a má vontade deste Governo para com o desenvolvimento do mundo rural e o Interior de Portugal. (...)

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 20 DE JUNHO DE 2007, 15:00H
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Agendamento Potestativo do CDS-PP
Projecto de Resolução n.º 215/X (CDS-PP)
(Sobre a decisão de construção de um novo aeroporto)

VOTAÇÕES no final do debate

QUINTA-FEIRA, DIA 21 DE JUNHO DE 2007, 15:00H
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Agendamento Potestativo do PCP

Projecto de Resolução n.º 210/X (PCP)
(Recomenda ao Governo que promova a extinção da Fundação Dom Pedro IV, reversão para o Estado de todo o seu património, e o apuramento de responsabilidades por ilegalidades cometidas em seu nome)

VOTAÇÕES no final do debate

SEXTA-FEIRA, DIA 22 DE JUNHO DE 2007, 10:00H
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 135/X (GOV)
(Estabelece o Regime Especial dos Processos Relativos a Actos Administrativos de Aplicação de Sanções Disciplinares Previstas no Regulamento de Disciplina Militar)

Proposta de Lei n.º 136/X (GOV)
(Adapta o regime da Caixa Geral de Aposentações ao regime geral da segurança social em matéria de aposentação e cálculo de pensões)

Intervenção sobre políticas de saúde

Deputada Ana Manso
Assembleia da República, 14 de Junho de 2007

(...)

Ao ouvir com atenção a sua intervenção na linha de intervenção do Ministro da Saúde questionava-me sobre que País e sobre que política de saúde V. Exa. falava.

Sim, porque quando se defende a **rentabilidade e a eficácia do SNS em vez da sua sustentabilidade e eficiência**, o PS está a pôr em causa o direito dos portugueses à saúde.

Quando se **encerram maternidades, serviços de urgência, e SAP**, o PS está a dificultar o acesso aos cuidados de saúde e a pôr em causa a equidade e a universalidade do SNS.

Quando se **ameaça com a introdução de taxas moderadoras para as crianças, grávidas e para os desempregados** o PS está a penalizar quase 3 milhões de portugueses, por sinal os mais pobres e desfavorecidos. O Ministro da Saúde diz que sim, o Primeiro Ministro diz que não, mas entretanto a insegurança e a preocupação instala-se nos portugueses.

Quando **mais de um terço do custo dos medicamentos** é suportado pelas famílias o PS está a prejudicar e a lesar os orçamentos familiares, principalmente das pessoas idosas com menos rendimentos e com doenças crónicas.

Quando se **cancela a construção de cinco novos hospitais e se atrasa a construção dos outros cinco**, o PS está a prejudicar mais de 5 milhões de portugueses que vão ter de esperar, anos e anos, para ver o seu acesso aos cuidados de saúde melhorar.

Estas medidas, socialmente injustas, agravam a saúde dos portugueses e colocam-nos no topo dos que mais gastam. Senhores Deputados: sabiam que **32,5% dos gastos em saúde são pagos directamente do bolso dos portugueses**? E, obviamente, isto afecta ainda mais os mais pobres e desfavorecidos.

Com tudo isto, não admira a **contestação geral** que as medidas do Governo têm suscitado.

E não só na população em geral.

A Ordem dos Médicos tem repetidamente posto em causa a qualidade das políticas de saúde do actual Ministro, admitindo a **“possibilidade de vir a morrer gente por falta de assistência médica”**.



E agora são mesmo ilustres Deputados do seu Grupo Parlamentar que, ou arrasam a política de Saúde do Ministro, como fez o Deputado Manuel Alegre ao dizer que qualquer dia não sabe o que é o PS, ou discordando de medidas propostas pelo Ministro, como sucedeu com outros Deputados Nelson Baltazar e Maria Antónia

Almeida Santos.

Entendam – se com o vosso governo, Senhores Deputados.

Sim, porque os ganhos em saúde devem ser obtidos pela via da racionalização, pela via do financiamento e não à custa do agravamento das despesas e do



sofrimento dos doentes ou da insegurança dos profissionais.

Mais do que fechar serviços, mais do que pôr os portugueses a pagar mais, a aposta deve ser feita na racionalização dos meios e na melhoria dos cuidados de saúde.

Resta saber:

1. Até quando apoiarão a teimosia insensível de rentabilizar o SNS à custa do encerramento dos serviços e do sofrimento dos doentes?

2. Até quando a política do ziguezague, do faz de conta, e dos relatórios secretos – como sucedeu no passado com as Urgências e agora parece suceder com o relatório da Sustentabilidade do SNS?

3. Para quando a alteração de prioridades e a colocação da política de saúde ao serviço das pessoas e dos doentes?

(...)

Intervenção no debate sobre a Interpelação ao Governo, requerida pelo PSD, referente a políticas de saúde

Deputada Regina Bastos
Assembleia da República, 14 de Junho de 2007



(...)

O estado da saúde em Portugal é hoje, não só um dos principais motivos de apreensão do PSD, como a mais importante preocupação dos Portugueses.

Mais do que o desemprego, mais do que a segurança social, é a saúde que inquieta a nossa população.

A razão de ser desta situação é simples: a Saúde está doente! Mais grave. Se a Saúde tinha problemas há 2 anos atrás, hoje está bem pior.

Só o autismo, a arrogância e a falta de sensibilidade social impedem que o Governo reconheça o que todos os portugueses sentem no seu dia a dia. Os indicadores são claros.

A Saúde está hoje mais cara.

Os custos da saúde aumentaram. Foram novas taxas, impostos e contribuições. Tudo ao contrário do prometido. Sempre tudo sobre os mais fracos, os mais pobres e os mais carenciados.

A saúde está hoje mais distante. Fecham maternidades, fecham urgências, fecham Serviços de Atendimento Permanente. Fecha tudo a eito, sem regras nem critérios. Quem sofre são sempre os mesmos. Os mais fracos, os mais pobres e os

mais carenciados.

A saúde está hoje mais difícil. E a razão é clara: este Governo gera a saúde numa lógica meramente estatística ou matemática. Reduz tudo a somar e a subtrair. Ora, a verdade é esta: a Saúde não é um luxo apenas ao alcance de alguns; a Saúde é um direito elementar de todos os Portugueses.

Por isso, os Portugueses tremem de inquietação e de insegurança cada vez que fala o Ministro.

E tremem com razão.

Ninguém sabe o que o Ministro pensa em termos de política de saúde, nem qual é a estratégia que defende para o Serviço Nacional de Saúde.

A única linha de força da política do Governo é no sentido de convidar os Portugueses a saírem do sistema público de saúde.

É a política dos três E's: Encerrar, emagrecer, empobrecer.



Encerrar os serviços de saúde;

Emagrecer o SNS; Empobrecer os Portugueses.

Quando um Governo socialista tem o despudor de admitir o pagamento de taxas moderadoras por parte de grávidas, desempregados ou de crianças com menos de 12 anos, já tudo temos de admitir, já tudo pode ser possível.

A verdade é que a absoluta falta de respeito que o Governo tem demonstrado para com os Portugueses, em particular os mais desfavorecidos e carenciados, suscita-nos a maior das preocupações.

Sempre fomos e seremos a favor da exigência, de metas de eficiência e de políticas assentes em critérios de racionalidade.

Mas nunca pactuaremos com o liberalismo selvagem que o Governo demonstra com a sua política de Saúde.

A verdade é esta: não se gere uma rede de cuidados de saúde como se gere uma rede de serviços de cultura ou de lazer. Ambas são necessários. Mas a diferença entre uma e outra é a diferença entre a vida e a morte de um doente.

A esta diferença chama-se justiça, consciência e sensibilidade social. Justamente o que falta a este Governo socorreado, arrogante e injusto. (...)

Nos últimos tempos surgiu um facto novo. Há meses que o Governo tem na sua posse um estudo sobre a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde. Um estudo que o próprio Governo encomendou.

O problema não está na encomenda do Governo. O problema está no silêncio do Governo. O problema está no facto de o Governo esconder esse relatório.

Esta questão passou a ser o facto político deste debate. É legítimo perguntar: porque é que o Governo esconde o relatório? Porque é que o Governo oculta o estudo? Porque é que o Governo o não divulga? Porque é que o Governo faz de conta e assobia para o lado? Tem o Governo medo da impopularidade das medidas? Quer o Governo adiá-lo para depois das eleições de Lisboa ou para depois da Presidência da União Europeia? Porquê tanto secretismo e tanto



incómodo?

Seja o que for, há uma coisa muito clara: **é inqualificável o comportamento do Governo. Este comportamento só demonstra má fé, consciência pesada e incapacidade para assumir a verdade e a transparência perante todos os Portugueses.**

(...)

A saúde precisa de aprendizagem.

E esta começa na família e na escola, mas muito pode beneficiar também com o envolvimento de toda a sociedade e também do próprio Estado.

Educar para a saúde, informar sobre hábitos de vida saudáveis e comportamentos de risco, são tarefas das quais o Estado não se pode alhear, como infelizmente vai sucedendo.

Porém, quando a saúde falta, é então o Estado o principal garante do restabelecimento de uma pessoa doente.

E, para isso, não pode regatear meios. É certo que não pode haver um Hospital em cada local e um Centro de Saúde em cada esquina. Mas tem de haver bom senso, ponderação e consciência social.

Que seria se o Serviço Nacional de Saúde deixasse de assegurar o tratamento aos doentes com Sida?

Que seria se o Estado deixasse de combater a toxic dependência?

Que seria se por falta de recursos o Estado deixasse de acorrer aos mais necessitados, àqueles que não têm seguros de saúde ou a possibilidade de recorrer a serviços privados, em Portugal ou no estrangeiro?

Seria um escândalo. Seria impor a lógica liberal do mercado onde deve existir justiça e solidariedade social. (...)

Sejamos mais liberais na economia. É a livre iniciativa que cria riqueza e gere emprego. Mas não sejamos liberais na Saúde, porque isso é afrontar a coesão nacional e a solidariedade social.

É por isso que a excessiva retirada de serviços, o encerramento sem critério de blocos de parto, o aumento indiscriminado das taxas moderadoras e da generalidade dos bens de saúde, todas estas medidas vão traduzindo a progressiva demissão do Governo das suas responsabilidades políticas e sociais.

Em matéria de Saúde, este é o Governo mais liberal que alguma vez governou Portugal. O problema não está na iniciativa privada e nos seguros de saúde. Essa é uma tendência bem vinda que deve ser estimulada.

O problema está no descalabro que reina nos serviços públicos de Saúde, descalabro que o Governo fomenta e que os mais carenciados sofrem. É assim que se agravam as desigualdades sociais. É assim que se cria um fosso maior entre os mais ricos

e os mais pobres. É assim que se cria injustiça, a angústia e a insensibilidade social.

É contra este clima que nos revoltamos. Não por razões partidárias. Mas por elementares exigências de carácter social.

Fazer este debate não é cumprir um ritual. É dar vozes a muitos Portugueses muito desiludidos, angustiados e preocupados.

Fazer este debate não é preencher um calendário, é dar visibilidade à situação caótica que se vive nos serviços de Saúde, é denunciar a debandada de médicos do sector público para o sector privado, é reafirmar a instabilidade que reina nos serviços, a desmotivação que vai nos profissionais de Saúde, a insegurança que faz o seu curso nas populações.

Fazer este debate não é apenas um exercício de oposição. Mais do que isso. É mostrar ao Governo o que o Governo não quer ver.

Em matéria de Saúde, Portugal não vai pelo bom caminho.

Em matéria de Saúde, o País – mais do que mudar de Ministro – precisa de mudar de vida.

Mais do que a nossa preocupação, é essa a preocupação da grande maioria dos Portugueses. E a verdade é que os Portugueses merecem mais e merecem muito melhor.

(...)

Intervenção sobre políticas de saúde

Deputada Zita Seabra
Assembleia da República, 14 de Junho de 2007

(...)

O PSD considera que a política de saúde seguida pelo governo do Partido Socialista tem sido lesiva de um direito fundamental dos portugueses, o direito à saúde, e tem tido graves consequências discriminatórias da população mais carenciada.

A política seguida tem sido realizada contra os pobres, os idosos e os excluídos da sorte, e sem quaisquer resultados na capacidade de rentabilizar meios, racionalizar custos e melhorar serviços. Estamos bem piores que estávamos antes deste governo tomar posse.

Irei abordar três questões centrais da política de saúde do PS: sustentabilidade financeira do Serviço de Saúde; garantia da acessibilidade; e insegurança dos utentes face à política seguida.

Começemos pela última questão. O Estado tem que assegurar aos portugueses, tem que lhes garantir o direito aos cuidados de saúde, não com palavras demagógicas e discursos, mas no concreto e no dia a dia, na resposta que um doente encontra quando necessita de um médico, ou de acorrer a uma urgência de um hospital. Os portugueses têm que ver assegurado, por nós, que independentemente das vicissitudes da economia portuguesa, a saúde será garantida como um direito essencial.

O drama que se vive no País é que o Ministro Correia de Campos e este governo no seu conjunto, conseguiram generalizar a insegurança nos cidadãos que recebem adoececer, temem precisar de uma urgência hospitalar ou de uma simples consulta médica e não encontram os cuidados que necessitam. Sobretudo os portugueses que não têm outro meio, outra solução, a não ser sujeitar-se ao que lhes oferecem. Têm direito a protestar, é verdade, e têm-no feito por todo o país. Mas não chega. Quem pode, recorre a outros meios alternativos ao SNS.

É significativo o crescimento dos seguros de saúde em Portugal. Eram 1,6 milhões de pessoas em 2004, 1,7 milhões em 2005, 1,8 em 2006 e, no final deste ano, devem chegar aos 2 milhões de utentes.

(...)

Não vale a pena fazer demagogia, Sr. Ministro, e dizer que assim acontece noutros países com os seguros de saúde, porque nesse caso eu peço-lhe que me indique um só país com um sistema de seguro por cima do Serviço Nacional de Saúde, para resolver as dificuldades quotidianas e de rotina do próprio SNS. Nenhum outro da Europa, nem mesmo em



Espanha onde são um complemento do SNS espanhol.

Caminhamos assim para uma situação em que as pessoas e as empresas recorrem cada vez mais a seguros de saúde enquanto podem, ao mesmo tempo que a maioria da população vê todos os dias degradar-se os serviços de que necessita.

O tempo médio de espera para uma cirurgia é oficialmente de 6,9 meses (dados do 2.º semestre de 2007). Mas se a média é essa, há situações gravíssimas e de desumanidade gritante. As listas de espera dos doentes de oncologia não podem continuar. Os doentes oncológicos, esses que são tratamentos urgentes, prioritários, têm listas de espera para radioterapia, para cirurgias, e vão circulando pelo país para tentar resolver o seu problema. Não é aceitável esta situação.

Diga aqui Sr. Ministro o que se passa com as listas de espera de oncologia para cirurgia ou radioterapia. Chegamos ao cúmulo de fazer campanhas de prevenção nas televisões, na rua e até aqui no Parlamento, para depois, quando alguém adoece e precisa de uma operação oncológica ou de radioterapia extremamente urgente, quando necessita de ter acesso aos tratamentos adequados em tempo útil, defrontar-se com uma lista de espera desesperante e quando não consequência do agravamento do estado do doente. Temos o maior tempo de espera da Europa nestas situações.

A acessibilidade aos cuidados de saúde é outra das questões graves com que nos deparamos. Neste momento cerca de 700 mil portugueses continuam sem médico de família. Na periferia de Lisboa, nas grandes cidades, as pessoas vão às 6 da manhã para um Centro de Saúde ver se conseguem alguém, algum médico

que o veja. Tentam ser observadas e quando conseguem um médico, sempre diferente, têm de ficar agradecidos porque conseguiram uma consulta. Estes são os pobres, os idosos, os da construção (como diria Chico Buarque), os doentes crónicos. Esses que o Sr. Ministro reduz a números, e trata com sobrançeria dizendo neste caso: sem médico de família são só 700 mil!

Mas há meios no SNS para fazer mais e melhor? É possível sem aumento das despesas servir melhor os doentes? Estão a fazer-se progressos? Não. Como não sabia o que fazer, o Dr. Correia de Campos chegou ao ministério, e era ministro pela segunda vez, encomendou um estudo para que determinasse como garantir a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde e anunciou que os técnicos tinham um ano para lhe assegurar o caminho a seguir. Já lá vão dois anos e meio. Dois anos e meio e ao fim deste tempo consta que os técnicos entregaram o trabalho. O ministro guardou-o, escondeu-o, anda com ele na gaveta, não o deu aos deputados, não o mostrou nesta casa, no Parlamento, e de vez em quando pela calada da noite organiza uma pequena fuga de informação a ver se pega. Um dia diz um jornalista a quem algum assessor amigo deu a «cacha» diz que: o relatório manda criar um novo imposto de saúde; e o ministro aguarda reacções; outro dia, lê-se noutro jornal que afinal recomendaram que acabe a ADSE; passados dias a notícia piora, afinal uma das medidas para a sustentabilidade do SNS é pôr as crianças menores de 12 anos a pagar taxas moderadoras; passados mais dias diz-se noutro jornal, ou no mesmo, que afinal o que vai acontecer é que os gastos de saúde vão deixar de descontar no IRS.

Passados outros tantos dias, o Sr. Ministro desmente tudo e assegura que

o relatório dos técnicos está no seu gabinete e assim ele e os seus assessores desmentem as notícias, provavelmente avaliam reacções, medem contestações.

Sr. Ministro governar em democracia é ser transparente. Porque está a esconder o relatório? Qual a razão de dois anos e meio depois de tomar posse, não ter conseguido definir uma linha política de saúde que permita garantir a sustentabilidade do SNS. Ou será que o relatório está escondido à espera que passem as eleições para a Câmara de Lisboa? Sustentável o SNS é sempre porque ele é parte integrante do Orçamento de Estado (ao contrário do que acontece noutros países), mas sustentável garantindo aos portugueses mais desfavorecidos que não haverá um serviço de saúde para os pobres e outro para os outros, é essa a garantia que o PSD deseja ver assegurada.

Governar em democracia é governar com transparência repito. É não temer pôr os dados e as opções claramente à oposição e aos cidadãos. Seriamente e a cada momento. É não ter coisas na manga à espera do momento em que estejamos distraídos, ou que passem as eleições, ou que cheguem as férias.

Entretanto, enquanto o relatório está escondido (e apenas consta, de fonte segura, que tem muitos anexos) numa gaveta do gabinete do Sr. Ministro, ele vai fazendo de conta que governa, sempre com medidas contra as populações mais desprotegidas. Fecha maternidades, fecha urgências, fecha serviços.

Que fique claro, o PSD é completamente favorável à racionalização de meios e de serviços do SNS e contra o desperdício ou a ineficácia e a multiplicação de serviços por pura demagogia.

Mas não pode continuar a leviandade política e o descalabro a que o país assiste desde que tem este Ministro da Saúde. Vejamos: um dia ele anuncia encerramentos na base de critérios técnicos, técnicos repito. Poucos dias depois reaprecia tudo na base de critérios mais que duvidosos de cedências políticas. Fecha a urgência do Curry Cabral! Não fecha a urgência do Curry Cabral. Fecha urgências de hospitais do interior, mas negocia protocolos com os autarcas e não as fecha. Pior, negocia o fecho de algumas urgências. Noutros casos recua e substitui por Unidades Familiares, que como dependem da vontade dos médicos, por lei que o ministro criou, ele não pode garantir a veracidade do protocolo que assina com alguns dos autarcas. Assina protocolos diferentes com Câmaras





reformados da Administração Pública que até aí não pagavam.

Pode-se então questionar se este caminho de fechar, encerrar, taxar, pagar, era inevitável, porque o país

assegura-se algo de muito importante para o utente: a liberdade de escolha do médico. Assegura-se igualmente outro direito fundamental: a ultrapassagem das listas de espera nos

aos fornecedores privados aumentou sem se visualizar forma real do seu controle. Depois do orçamento rectificativo de 2005, a dívida não pára de se agravar. Em Janeiro de 2006 a dívida estava abaixo dos 300 milhões de euros, no que se refere a atrasos de pagamentos com mais de 90 dias, sendo o seu total de 514 milhões de euros. Em Dezembro de 2006 chegou aos 712 milhões e em Abril passado 719 milhões de euros. 719 milhões de euros apesar dos encerramentos de serviços e das medidas lesivas que foram tomadas. 719 milhões de dívida é a prova máxima da incompetência do actual Ministro da Saúde. Os Hospitais SPA estão a pagar os medicamentos consumidos e não só a 317 dias (hospitais SPA) e a 364 dias (os EPE). Este atraso de pagamentos do Estado de um ano, aumenta evidentemente os custos e num recente estudo de Miguel Gouveia é calculado esse custo, como uma espécie de juro, de agravamento quantificado em 30%!

É preciso tomar medidas urgentes para garantir a sustentabilidade do sistema e o direito à saúde dos portugueses. Para isso é preciso em primeiro lugar tornar a gestão completamente transparente, e pelo menos tão transparente como a ADSE. A saúde é hoje e para usar uma linguagem comum, um negócio de gigantes. O maior dos EUA, 16 % do seu PIB. O SNS tem que negociar com as maiores e mais poderosas empresas do mundo, com a Siemens ou com a Roche, como a Johnson's ou a Bayer com multinacionais seus fornecedores que têm um poderio mundial que implica regras de gestão cada vez mais complexas e rigorosas. É assim sempre que se usa uma simples pastilha, ou se faz uma ressonância magnética, ou se aplica uma prótese da anca. O SNS tem que ser gerido, porque é para isso que temos ministro e ministério e tem que ser garantida aos portugueses a fiscalização da qualidade dos serviços convencionados com privados. As convenções com privados no SNS ninguém conhece, nem o Senhor Ministro têm que ser completamente transparentes e tem que haver liberdade de escolha do doente dentro do SNS, para que a concorrência force o controle de custos e crie qualidade.

Por toda a Europa se discute e toma-se medidas para garantir que os cidadãos europeus têm assegurado aquilo que está na origem da qualidade de vida de que a Europa se orgulha, particularmente os seus princípios de solidariedade e protecção dos cidadãos na doença e na velhice.

Se assim não for, continuaremos a ver o ministro Correia de Campos, o governo socialista, a dia a dia, anunciar medidas socialmente injustas, para todos nós, os que pagamos impostos, mas muito particularmente para os cidadãos doentes, pobres, reformados e os que vivem nas aldeias do interior.

(...)



pelo país. Diferentes. E não consegue assinar com outras 11. Inicia negociações com a Associação Nacional de Municípios para se chegar a critérios racionais e perceptíveis pelos Municípios e pelos utentes. Há duas semanas o Ministro rompe as negociações de um protocolo-tipo comum contendo regras claras. Rompeu as negociações. Porque já tinha Centros de Saúde com unidades familiares, outros sem unidades familiares, com SAP's, com urgências, e conseguiu nem ele próprio se entender no meio de tamanho labirinto, para lhe chamar delicadamente assim.

Fechou a Guarda, abriu a Guarda. O mesmo fez em Macedo de Cavaleiros ou no Fundão.

Encerrou também maternidades. O caso mais grave é o caso de Elvas. Fechou a maternidade e mandou os nossos bebés nascer a Badajoz. Há dias apresentou o balanço e não transparece nem um sobressalto quando se escreve que já lá nasceram 270 bebés portugueses. Portugueses? Como nascem em solo espanhol podem adquirir a nacionalidade espanhola, o que fizeram. Nós, os portugueses que já temos a mais baixa taxa de natalidade da Europa, temos um Ministro da Saúde a exportar bebés.

O PS no governo vai pois fechando, encerrando, ziguezagueando, sem se perceber em que enquadramento estratégico estas medidas se inserem.

(...)

O PSD considera que para garantir o direito à saúde dos portugueses é necessário fazer o inverso da política que o PS está a seguir. O governo de José Sócrates aumentou as taxas moderadoras, em 2006 e 2007 em linha com a inflação (2,4 e 2,3%). Porém, em Abril de 2006 as taxas das urgências subiram, num aumento extra, 23%. Em 2007 o atendimento das urgências nos hospitais é de 8,75 euros, nos distritais 7,75 e nos centros de saúde 3,4 euros, e lançou novas taxas, criou um verdadeiro imposto na saúde no pagamento dos internamento e das cirurgias. Em Abril deste ano, as taxas moderadoras ascenderam a 11,3 milhões de euros contra 8 milhões de euros cobrados em 2006. O governo socialista aumentou os impostos aos portugueses, aumentou as taxas moderadoras de saúde, fez pagar serviços novos, fechou urgências e maternidades.

No que respeita à ADSE, à Administração Pública, o governo socialista subiu de 1 para 1,5 % o desconto dos funcionários públicos para a ADSE e taxou em 1% os

não teria meios para fazer diferente. Não é verdade. O governo socialista é que não sabe fazer diferente, foi e está a ir pelo caminho mais injusto socialmente. Em crise e em dificuldade económica no país, o que o Estado tem que assegurar, dizemos nós, PSD, é a saúde dos portugueses, é o direito à saúde.

Para isso é necessário em primeiro lugar assegurar a transparência total na gestão do SNS. Transparência e regras claras.

Vale a pena analisar o que se passa no SNS e na ADSE. A ADSE tem uma gestão transparente, toda a gente pode verificar os seus gastos, os sistemas de convenções com os privados, as contas são públicas, o controle é feito com rigor.

Segundo os últimos relatórios e contas recentes, os gastos estão controlados e baixaram mesmo as despesas da ADSE no ano passado. É um sistema que poderíamos chamar de mutualista, cuja despesa média por beneficiário, incluído os reformados, foi de 699 euros em 2006. 1,3 milhões de portugueses são os seus utentes. A evolução parece ser, pelos dados de que dispomos positiva, haverá uma redução de gastos da ordem dos 27% entre 2006 e 2007. Na ADSE faz-se gestão dos meios disponíveis. Mas neste caso a gestão é do Ministro das Finanças e não do Ministro da Saúde.

A ADSE funciona bem, os utentes não se queixam e, sempre que podem, ficam neste subsistema de saúde. É positivo porque a gestão é transparente, as convenções com públicos e privados têm regras claras, e todas as entidades as conhecem, e

centros de saúde e mesmo, em muitos casos, nos hospitais.

No entanto, consta que a comissão que fez o relatório que está na gaveta do Sr. Ministro propõe a extinção da ADSE. O PSD opor-se-á, se assim for, firmemente a tal propósito e pelo contrário defendemos que o SNS passe a ser gerido da mesma forma e seguindo o caminho de gestão positivo que tem tido esse subsistema. Não estraguem mais o que funciona no país.

O PSD considera que essa é a única forma de garantir a salvaguarda do SNS, e a universalidade do direito à saúde dos portugueses. O PS tem seguido um caminho perigoso de criar um SNS para os pobres sem garantir a universalidade do acesso. Esta política é contrária à concepção de estado social europeu, e nós sociais democratas, um partido humanista e democrata, rejeitamos firmemente o caminho que o PS está a seguir. É injusto e é desumano.

Consideramos que é chegado o momento de criar uma gestão completamente transparente do SNS, e que em vez de ameaçar acabar com a ADSE, o Ministério da Saúde devia, sim, criar o controle de transparência que a ADSE tem no SNS. O SNS está, esse sim, fora do controle de contas necessário a uma eficaz gestão. O Sr. Ministro sabe quanto gasta o SNS em táxis, em oxigénio domiciliário por ano, ou em ambulâncias? A despesa do SNS com comparticipação de medicamentos vendidos nas farmácias está a subir em descontrolo. A dívida do Estado

Partido Popular Europeu em Portugal para preparar Presidência Portuguesa da UE



O Bureau do Partido Popular Europeu-Democratas Europeus reuniu, pela primeira vez, na Ilha de São Miguel nos Açores, nos dias 14 e 15 de Junho, para preparar a Presidência Portuguesa da EU

Reunião com José Sócrates

Aproveitando a deslocação ao nosso país, a Presidência do Grupo PPE DE foi recebida na sexta-feira, dia 15, pelo Primeiro-Ministro de Portugal, num jantar no Palácio de São Bento, em que foram discutidos os temas da Agenda da Presidência Portuguesa da UE.

Reunião com Marques Mendes

Na manhã de sábado, a Presidência do PPE-DE teve um encontro de trabalho com o Presidente do PSD Luís Marques Mendes e com o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, na sede nacional do partido.

Nos Açores, os trabalhos decorreram no Hotel Marina

Atlântico e tiveram início na quinta-feira pelas 9 horas, com as boas vindas dadas pelo líder do PSD-Açores, Costa Neves, ex-Deputado Europeu e ex-Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e pelo Presidente do PSD, Luís Marques Mendes que se associa a esta reunião de alto nível, onde proferiu uma intervenção política sobre as matérias em debate, e também sobre a Presidência portuguesa da UE.

Nos Açores estiveram cerca de setenta deputados europeus, especialistas convidados, funcionários europeus, intérpretes e jornalistas, num total de cerca de 140 pessoas.

A agenda de trabalhos foi marcada pela análise das políticas de União para as Ultraperiferias e pelo Livro Verde para a Política Marítima Europeia, debate que contará com a presença de Joe Borg, Comissário Europeu das Pescas e Assuntos Marítimos.

O primeiro painel teve como tema as Ultraperiferias e intervieram, entre outros, o Professor Carlos Amaral da

Universidade dos Açores e German Gultzgoff do Eurodom, e outros especialistas convidados. As conclusões deste painel estiveram a cargo do Eurodeputado madeirense do PSD, Sérgio Marques, que integra a Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu.

No segundo painel, dedicado ao Livro Verde da Política Marítima, que decorreu a partir das nove horas do dia quinze, sexta-feira, intervieram, entre outros, o Prof. Dr. Ricardo Serrão Santos Director do DOP, o investigador francês Régis Kalaydjian e Liberato Fernandes, Presidente da Federação de Pesca dos Açores, e outros especialistas convidados, contando ainda, como já atrás foi referido, com a presença do Comissário Joe Borg. As conclusões deste painel estiveram a cargo do Eurodeputado açoriano do PSD, Duarte Freitas.

Esta foi uma oportunidade para especialistas regionais e europeus nestas temáticas trocarem opiniões, fornecendo contributos que vão reforçar a posição política do PPE em

relação a estas duas matérias.

O Partido Popular Europeu e Democratas Europeus (PPE-DE) é o maior Grupo Político do Parlamento Europeu e a maioria dos governos da União Europeia pertence também a partidos agrupados no PPE-DE.

O Bureau do PPE-DE é o órgão político que agrupa a presidência do Grupo Parlamentar no Parlamento Europeu - composto pelo Presidente, o francês Joseph Daul e pelos onze vice-presidentes, onde se inclui o português João de Deus Pinheiro, mas onde se sentam também todos os presidentes e coordenadores de Comissões Parlamentares, os chefes das delegações nacionais, como Carlos Coelho, representando todos os Estados-Membros da EU

Destaque

Os trabalhos e a conferência de imprensa de sexta-feira dia 15 tiveram transmissão em directo no site do Grupo Europeu do PSD em: www.psdeuropa.org -"live broadcast - Gab. Imp. GP/PSD-Bruxelas



A má orientação da Política Orçamental do Governo PS

Duarte Pacheco(*)

Um dos principais problemas da economia portuguesa, é a sua **baixa produtividade**. De facto, empresas e administração pública deparam-se com infinitas oportunidades de melhoria que podem e devem ser aproveitadas para uma melhoria da sua produtividade.

Todos nós conhecemos actos inúteis, que ocupam tempo de profissionais competentes e recursos ao País sem que constituam um contributo real para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Um destes actos corresponde às Grandes Opções do Plano.

Com efeito, ano após ano, por imperativo constitucional, o Governo tem que apresentar à Assembleia da República as Grandes Opções do Plano.

Quadros técnicos e políticos da administração pública esmeram-se na elaboração de um documento, que depois não tem qualquer repercussão na opinião pública, nem qualquer impacto na economia portuguesa.

Mesmo na casa mãe da Democracia, a atenção dada a este documento é cada vez menor, como aliás é bem visível pelo tempo que a Conferência de Líderes destina ao presente debate.

Bem sei, que este não é caso único de documentos e relatórios governamentais que não têm qualquer consequência a não ser o reforço do orgulho pessoal do seu autor. No entanto, o Parlamento tem aqui uma palavra a dizer e num momento de combate ao desperdício de dinheiros públicos, é tempo de dizer **basta** à elaboração e apreciação de Opções do Plano anuais.

Alguns poderão afirmar que a Constituição exige a sua elaboração. Mas verdade é, que a Constituição de 1976 instituiu muita coisa que mais tarde, por largo consenso, foram revistas – caso da irreversibilidade das nacionalizações, da proibição do direito de voto aos imigrantes em eleições presidenciais, só para dar dois exemplos.

Ainda hoje, a Constituição prevê que os trabalhos parlamentares encerrem a 15 de Junho e, como é notório aqui na Assembleia da República, vamos continuar a trabalhar para além do dia de hoje porque achamos inoportuna aquela norma constitucional.

Um País moderno e arrojado não pode ficar preso nas teias do tempo nem em dogmas ideológicos ultrapassados.

A Assembleia da República daria um sinal positivo ao País se conseguisse formar um consenso no sentido de pôr fim à obrigatoriedade constitucional das Grandes Opções do Plano anuais.

Esta é uma responsabilidade que cabe a cada um de nós. O PSD, tal como já o fez há um ano atrás pela voz do deputado Miguel Frasquilho, defende que em próxima revisão constitucional, este assunto seja definitivamente abordado levando ao fim de um documento que não deixa memória significativa na sociedade portuguesa.

A maior prova da inexistência política do documento “Grandes Opções do Plano” está nas Grandes Opções do Plano para 2008.

Não fugindo ao pecado de anos anteriores, as GOP's para 2008 apresentam um conjunto de opções genéricas, relativamente consensuais, não quantificadas, sem o estabelecimento de metas temporais, repondo aliás medidas que transitam de anos anteriores.

Em todo o documento, não se identifica qualquer novidade, nem sequer uma avaliação sobre objectivos presentes nas Grandes Opções do Plano anteriores, da responsabilidade do mesmo Governo, de modo a que a Assembleia da República pudesse monitorizar o grau de execução das Opções anteriores e, desse modo, fosse possível elogiar o que tivesse que ser elogiado ou então criticar o que houvesse a criticar.

Nada. O Governo refugia-se em princípios gerais e lugares comuns apresentando programas sem qualquer articulação, **contribuindo de um modo directo para o desinteresse nacional sob o presente documento**.

Mesmo no capítulo referente ao cenário macroeconómico para 2008 persiste a indicação que Portugal continuará em divergência com a União Europeia quanto ao crescimento económico, facto que evidencia o conformismo do Governo com a trajectória da economia portuguesa e com a sua própria incapacidade para gerar confiança na economia e no País.

A única novidade deste debate não está nas GOP's mas na intervenção do Senhor Ministro, do anúncio da Privatização das Estradas de Portugal.

A Assembleia da República está a apreciar e irá votar as Grandes Opções do Plano para 2008.

Mais do que apreciar e votar o presente documento e a generalidades que ele incorpora, o que aliás mereceu a crítica do Conselho Económico e Social, o Parlamento estará a apreciar e a votar a política económica e financeira deste Governo.

Estaremos a avaliar a credibilidade de um Governo perito em fazer anúncios e a apresentar programas inconsequentes, na reanimação da economia, no combate ao desemprego, na captação do investimento.

Um Governo apostado na destruição do estado social, com uma saúde cada vez mais cara, com uma política de educação menos exigente e mais facilitadora, com uma política cultural inexistente.

É este Governo, esta política, estas prioridades ou a sua ausência, que a Assembleia da República estará a apreciar.

O Partido Social Democrata mais uma vez alerta para o caminho errado que está a ser prosseguido, de empobrecimento relativo do País, com a ausência de um projecto mobilizador para Portugal, com a resignação de quem nos governa em deixar Portugal afastar-se do desenvolvimento médio Europeu.

É a tudo isto que o PSD se opõe. É por tudo isto que o PSD votará contra as Grandes Opções do Plano para 2008.

– (*) Economista, Deputado, Secretário-Geral Adjunto do PSD



Furnas do Enxofre precisam “urgentemente” de gestão integrada

A falta de uma gestão integrada tem impedido o aproveitamento sustentado do real valor das “Furnas do Enxofre” na sua qualidade de Monumento Natural Regional. O alerta vem do PSD/Terceira, referindo que aquele espaço é um dos oito Monumentos Naturais dos Açores mas que “apesar da intervenção estrutural do Governo Regional efectuada o ano transacto, e face ao início de mais uma época turística, a sua valorização não está a ser devidamente acautelada nem oportunamente aproveitada, isto numa altura em que a ilha apresenta grandes carências de animação turística”.

Segundo António Ventura o mais fácil “está parcialmente feito, que são as obras, mas continua em atraso a estratégia para o local. Ainda não existe um modelo definido de gestão e ordenamento protocolado como ocorre, por exemplo, com o Algar do Carvão ou com a Gruta do Natal”. O líder dos social-democratas na Terceira lembra que “em Setembro de 2006 foi noticiado publicamente que o Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores pretendia gerir aquela zona, tendo mesmo apresentado uma proposta nesse sentido, pelo que o problema parece não residir na falta de candidatos mas na morosidade com que o Governo Regional actua, contribuindo para um défice de atractividade da Terceira”.

O PSD/Terceira denuncia assim “a ausência de uma gestão integrada das Furnas do Enxofre, com motivo de preservação, divulgação e educação ambiental do espaço, não só para o público que nos visita mas também para os residentes. Essa postura poderia manifestar-se num ganho ambiental, social e económico para a Ilha Terceira e para os Açores”, acrescenta António Ventura.

Recorde-se que o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2004/A de 23 de Março de 2004 classificou as “Furnas do Enxofre” como Monumento Natural Regional. Todavia, e decorridos três anos, o local continua sem “uma gestão integrada, ou seja, na implementação de visitas guiadas, explicação dos elementos naturais, na existência de infra-estruturas de apoio e, inexplicavelmente, sem vigilância diária”, refere um comunicado dos social-democratas terceirenses.

Sobre este assunto, o PSD/Açores elaborou o seguinte

Comunicado

O espaço natural designado por

“Furnas do Enxofre” é um dos oito Monumentos Naturais dos Açores.

O Decreto Legislativo Regional n.º 10/2004/A de 23 de Março de 2004 classifica este espaço da natureza como Monumento Natural Regional. Todavia, e decorridos três anos, este local continua sem uma gestão integrada, ou seja, na implementação de visitas guiadas, explicação dos elementos naturais, a existência de infra-estruturas de apoio e, inexplicavelmente, sem vigilância diária.

Apesar da intervenção estrutural do Governo Regional efectuada o ano transacto e com o início de mais uma época turística a valorização deste fenómeno da natureza não está a ser devidamente acautelada nem oportunamente aproveitada, numa altura em que a Ilha Terceira apresenta grandes carências de animação turística.

O mais fácil está parcialmente feito as obras, continua em atraso a estratégia para este local.

Ainda não existe um modelo definido de gestão e ordenamento protocolado como ocorre, por exemplo, com o Algar do Carvão ou a Gruta do Natal.

Recordamos que, em Setembro do ano transacto, foi noticiado publicamente que o Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores pretendia gerir a zona, tendo mesmo apresentado uma proposta nesse sentido.

O problema parece não residir na falta de candidatos, reside na morosidade com o Governo Regional actua, no caso, contribuindo para um défice de atractividade da Ilha.

É neste sentido, que denunciámos a ausência de uma gestão integrada das

Furnas do Enxofre com motivo de preservação, divulgação e educação ambiental deste espaço não só para o público que nos visita mas também para os residentes.

Postura que poderia manifestar-se num ganho ambiental, social e económico para a Ilha Terceira e para os Açores. – C. P. Ilha Terceira/PSD

Câmara de Angra adia constantemente soluções para o Mercado Municipal

O PSD considerou hoje inaceitável a constante indecisão e a falta de iniciativa da Câmara de Angra do Heroísmo face ao Mercado Municipal da Cidade Património.

Em Comunicado divulgado esta tarde, os social-democratas estranham que “passados tantos anos, ainda não se vislumbra uma solução para o Mercado Municipal”. Opinião que é reforçada por recentes declarações da autarquia sobre a situação do Mercado Duque de Bragança, das quais apenas se realça que “não há ainda soluções, compromissos, ou atitudes. Apenas falta de iniciativa de uma entidade que merece a revolta de todos, face à incapacidade em apresentar soluções e explicar junto dos comerciantes a real situação actual de um espaço com a importância do Mercado”. O PSD pergunta mesmo “Onde pára a Câmara Municipal de Angra?”.

Segundo a concelhia angrense do PSD “o Mercado Municipal de Angra devia transformar-se de acordo com as expectativas e com o impacto que estruturas do género têm hoje ao nível do Turismo, para mais sendo um espaço integrado numa cidade classificada pela “UNESCO” como

Património Mundial”. Realçam os social-democratas que “ao longo dos anos, com queixas de comerciantes e clientes a que se sucederam promessas vãs dos sucessivos executivos camarários, apenas se confirmou e concretizou a progressiva degradação do espaço, sem que seja feita a intervenção que todos desejam. E enquanto nada for feito o Mercado vai definhando cada vez mais, quer em número de clientes, quer de comerciantes”.

O PSD recorda que “em Junho de 2006 apresentou uma proposta, onde eram identificados os principais “pontos negros” a ser avaliados, tais como estacionamento, segurança, condições de higiene, embelezamento. E sugerindo inclusivamente intervenções pontuais até surgir a tal nova solução a candidatar ao próximo quadro comunitário de apoio”. Pois, e salienta o Comunicado laranja “já deveria estar pensada, decidida e projectada a futura solução, para aproveitar o início do novo quadro”. Ao invés parece que “nada foi feito, pois as respostas, são sempre as mesmas: ora porque não se decidiu bem o que fazer; ora porque ainda não se sabe a abrangência do futuro QREN; ora porque há real intenção de fazer...”

Os sociais-democratas de Angra lamentam que “às chamadas de atenção para os problemas do nosso concelho, em geral, e da cidade, em particular, recebiam sempre respostas de que as coisas se estão a resolver. Assim o futuro de Angra é adiado constantemente pelas indecisões e incapacidade de quem governa a nossa cidade”, conclui a concelhia presidida por Carla Bretão.

Governo e PS “não querem” ligação directa entre Terceira e América do Norte

O PSD/Açores considerou que o governo regional e PS “não querem” que exista uma ligação aérea directa entre a ilha Terceira e a América do Norte.

“O governo regional e o PS acabam de assumir que não querem que haja uma ligação directa entre a Terceira e a América do Norte”, afirmou o líder parlamentar social-democrata, na Assembleia Legislativa dos Açores, após a maioria socialista ter chumbado um projecto de resolução do PSD/Açores que visava encarregar a comissão de Economia de avaliar o potencial de uma ligação aérea semanal directa, entre a Terceira e o continente americano.

Clélio Meneses salientou que se o PS entende que “não é preciso estudar, é porque está convencido que aquilo que existe está bem”. “E o que existe é não haver ligação directa entre a Terceira e a América do Norte”.

O presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores, citando a posição de um membro do Conselho das Comunidades Portuguesas, sublinhou que “açorianos que vivem nos Estados Unidos e Canadá vêem-se forçados a deixar de ir à sua terra pelos elevados custos das viagens e inconveniências, enquanto a SATA oferece ao povo dos países nórdicos e Irlanda promoções para ir aos Açores e à Madeira por menos de 400 euros”.

O líder da bancada social-democrata classificou ainda como “preocupante” o facto do tráfego aéreo internacional na ilha Terceira ter baixado cerca de 43 por cento, entre 1994 e 2006. - PSD/A

Graciosa preocupada com “falta de estratégia de desenvolvimento”

A CPI do PSD Graciosa vê com grande preocupação a falta de estratégia de desenvolvimento da nossa ilha e a falta de visão sobre o caminho a percorrer para resolver os problemas que nos assolam.

Recentemente, o Governo Regional tem vindo a salientar a importância da eficiência da rede portuária dos Açores, e também a relevância da política marítima que passa por dotar todas as ilhas de estruturas portuárias propícias ao desenvolvimento do turismo e ao crescimento económico.

Mas este discurso do Partido Socialista esbarra na completa falta de atenção para a ilha Graciosa e para as nossas potencialidades no aspecto marítimo.

Assim, o PSD Graciosa vem alertar os responsáveis pelo Governo e os seus representantes na nossa ilha, para a necessidade de investir urgentemente nesta área.

O Porto Comercial da Graciosa foi há poucos anos remodelado pelo governo socialista, contudo, aquela importante acessibilidade da nossa ilha não corresponde ao modelo escolhido pelo governo para a sua utilização esquecendo o governo uma verdadeira política de coesão, não tendo tido o cuidado de programar a obra efectuada para que existissem mais-valias para a Graciosa.

A prova disso está à vista de todos, com os problemas decorrentes do modelo de transporte marítimo que o Governo escolheu para a Graciosa e em que um dos navios não pode operar na Ilha, deixando-nos de fora dos seus cruzeiros semanais.

É pois, da mais elementar coerência de discurso e ideias, com a acção Governativa, proceder à adaptação do referido Porto, de forma a que este possa receber mais e maiores navios, contribuindo assim para aproximar a Graciosa de todas as outras ilhas, e não a afastando como acontece hoje.

O PSD Graciosa faz notar, igualmente, que foi promessa do Partido Socialista dotar o nosso Porto Comercial com uma Gare de Passageiros. Passados 11 anos continuam a esquecer a Graciosa e preparam-se para fazer novas promessas não cumprindo as anteriores.

O mesmo se passa com o Porto de Pescas, cuja obra parece não ter fim ou o seu fim é anunciado para coincidir com o calendário eleitoral.

Já quanto ao aspecto do recreio náutico, é com grande tristeza que assistimos ao desprezo deste Governo para com a Graciosa. Temos condições a todos os níveis para a existência de uma marina na Graciosa. Temos até o projecto e a proposta de parceria feita pela Câmara Municipal ao Governo do PS.

No entanto, este Governo ignora a Graciosa e vai-nos empurrando para uma ainda maior desertificação.

Podemos até dizer que estamos já perante uma política de coesão a duas velocidades, sendo que a Graciosa vai ficando para trás, sempre mais para trás.

Com todo o dinheiro que tem vindo da Comunidade Europeia, cerca de 600 000 (seiscentos mil) euros por dia, e um Governo que tem um “superavit” nas contas públicas, já era tempo de olhar para a Graciosa.

O PS e o seu Governo demonstraram já que não sabem como desenvolver a nossa ilha, esgotaram o seu modelo de governação e pior do que isso, demonstram não querer o progresso da Graciosa.

É caso para dizer que falharam. Falharam pela ausência de políticas e pela ausência de resultados.

Nós também somos Açores e pela Graciosa, com o PSD.

– CPI/PSD-Graciosa

Notícias de Braga

Vereadores apoiados pelo PSD, acusam Câmara de Braga de estar a aplicar um “mata-borrão” sobre os erros acumulados na “Renaturalização” do Rio Este

Os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga”, apoiada pelo PSD, aproveitaram a Conferência de Imprensa que se seguiu à reunião de ontem do Executivo Municipal para tecer duras críticas à forma como a maioria socialista da Câmara Municipal de Braga tem lidado com os diversos cursos de água do Concelho.

Relativamente ao Rio Este, para o qual voltou a ser recentemente anunciado um “Plano de Renaturalização”, os Vereadores do PSD e do CDS/PP entendem que a Autarquia está a aplicar um mata-borrão sobre os erros acumulados ao longo dos últimos mandatos.

Segundo Ricardo Rio, “se o Rio Este tem hoje que ser renaturalizado, é porque ao longo dos últimos 30 anos se assistiu impunemente à sua desnaturalização, quer por acção directa da Autarquia – que provocou o seu encanamento -, quer com a sua cumplicidade, pela permissão de construção em zonas de leito de

cheia”.

Talvez por isso se possa ler hoje no Plano da Câmara que se vai “minimizar o impacto de algumas construções nas áreas adjacentes ou próximas do rio, mediante a execução de cortinas arbóreas nas margens e implementação de sistemas de controlo de escorrências de águas superficiais e de lavagem, designadamente de estações de serviço e de combustíveis”. Mas, questiona Rio, “quem autorizou tais construções?”

Ao longo dos últimos mandatos, a Câmara Municipal de Braga tem-se dedicado a efectuar sucessivos anúncios de Planos de Reabilitação do Rio de que nunca se viram resultados – que não a meia dúzia de peixes estrategicamente colocados para a fotografia junto daqueles que “limpam o Rio de fato, gravata e galochas”.

“Ou se andou a enganar os Bracarense, ou se desperdiçaram milhares de Euros em iniciativas sem efeitos práticos”, considerou o líder



da Oposição.

Sendo certo que a Coligação “Juntos por Braga” defende a intervenção no Rio Este, área a que atribui especial relevância no contexto dos espaços de lazer do Concelho, no plano ambiental e até,

da segurança das habitações e fábricas da envolvente (frequentemente inundadas nos períodos de maior pluviosidade), não podem os Vereadores permitir que o Eng. Mesquita Machado faça de conta que assumiu funções em 2005.

Rio Cavado e Ribeira de Panóias são também prioritários

Nesta Conferência de Imprensa, os Vereadores da Coligação consideraram também prioritário o aproveitamento da margem esquerda do Cavado – enquanto novo espaço de lazer, desporto e convívio ao dispor da população do Concelho – e a limpeza da Ribeira de Panóias, um dos cancros ambientais que mais prejuízo causa para as populações das Freguesias vizinhas.

No primeiro caso, a Câmara Municipal tem que passar das palavras aos actos e elaborar e implementar quanto antes um projecto de aproveitamento da Margem Esquerda do Cavado, ao longo das várias Freguesias em que banha o Concelho de Braga.

Quanto à Ribeira de Panóias, o respeito que merecem os cidadãos das Freguesias mais próximas e a salvaguarda da sua qualidade de vida não se compadecem com mais adiamentos na implementação de um Plano de limpeza deste poluído curso de água.

Como bem sabem esses Bracarenses, a Ribeira exala odores nauseabundos e insuportáveis, especialmente nos períodos de maior calor, merecendo uma actuação determinada da AGERE e da Câmara Municipal.

Inquérito interno que resultou da investigação da PJ foi arquivado

Os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” revelaram também ontem que haviam sido informados que o inquérito interno que a Câmara de Braga accionou, por sugestão da Polícia Judiciária (PJ), a propósito das alegadas ilegalidades cometidas na Polícia Municipal, foi arquivado.

Ainda assim, e de acordo com o Presidente da Autarquia, o relatório final foi enviado para a PJ porque “pode ter elementos que interessam à Polícia na investigação que está a fazer”.

Recorde-se que a Polícia Judiciária está a desenvolver uma investigação à conduta da Polícia Municipal de Braga (e de alguns dos seus responsáveis) que segundo os dados que já vieram a público se centra em dois aspectos: a retenção indevida de verbas de contra-ordenações de trânsito, nomeadamente ligadas às zonas de estacionamento controlado, que deveriam ter sido remetidas à DGV – Direcção-Geral de Viação; e certas práticas dilatórias no domínio da fiscalização municipal, tendentes ao perdão, arquivamento e/ou prescrição de contra-ordenações de diversa ordem.

Terá sido precisamente nesta segunda vertente que se centrou o inquérito agora arquivado, uma vez que os agentes da PJ terão alertado os responsáveis do Município para a inscrição “sem efeito” num dos registos do livro de protocolo da

Autarquia.

Ora, segundo Ricardo Rio, ficou por saber “quem escreveu, porque escreveu e o que aconteceu à verba em questão”, pelo que, “perante a incapacidade das entidades internas de inquérito apurarem responsabilidades, cumpre fazer votos para que a investigação da PJ possa deixar todas estas questões esclarecidas”.

Quanto à primeira componente da investigação da PJ, e em termos futuros, a mesma poderá ser ultrapassada com a aplicação das regras constantes do novo Regulamento de Utilização de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada Controladas por Meios Mecânicos, que ontem mesmo foi aprovado por unanimidade.

Jardim de Infância vai fechar em Penso de S. Vicente

Os Autarcas da Coligação “Juntos

por Braga” de Penso S. Vicente vêm manifestar o seu descontentamento pelo anunciado fecho do Jardim de Infância da Freguesia - que funciona nas instalações da antiga EB1 -, já no próximo ano lectivo, e denunciar o silêncio e a passividade da Junta, especialmente do Sr. Presidente Francisco Alves, que não tem sabido lidar com esta situação.

Gastaram-se milhares de euros dos contribuintes para requalificar a antiga escola EB1 sem se fazer um estudo prévio, com a cumplicidade do actual Presidente da Junta, que fez deste projecto uma bandeira eleitoral que apenas serviu para atrair os eleitores nas últimas Eleições Intercalares, mas ao fim de um ano já vai fechar portas e lá se vai o último bastião educacional da Freguesia que assim vai ficar claramente mais pobre.

Enquanto fecham os estabelecimentos de ensino para os

mais pequenos, continuam a acenar à população de Penso com a famigerada EB 2e3, que por este andar só vai servir para as crianças das Freguesias vizinhas.

De uma forma geral, temos que lembrar ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que é bom passear os idosos, mas nem só de passeios vivem as pessoas: é preciso trabalhar muito mais no campo social e dar mais atenção aos jovens porque eles são o motor do futuro da nossa sociedade.

A verdade que os habitantes de Penso S. Vicente já perceberam é que já passou um ano e as promessas eleitorais mal saíram do papel, tal como o famoso pré-acordo, que nunca existiu, da garantia de obtenção de terrenos para construção! Uma falácia!

Por tudo isto, só nos resta dizer: Assim não, Sr. Presidente!

– Fonte: CPS/PSD-Braga

Notícias de Coruche

Interesse do Concelho na instalação do novo Aeroporto na margem sul

A CPS de Coruche publicou, a propósito do novo Aeroporto de Lisboa, o seguinte comunicado:

Em declarações à Rádio Voz do Sorraia, afirmou o Senhor Governador Civil de Santarém que o aeroporto internacional será uma realidade na OTA, referiu que esta é a posição do governo socialista, todavia o senhor Ministro das Obras Públicas declarou hoje que está disponível para aceitar outras soluções.

Afirmou também o Senhor Governador Civil á RVS que a construção do aeroporto na margem sul é defendida pelos velhos do Restelo, são vozes que defendem o aeroporto para o Montijo, Alcochete, Poceirão, etc...etc...

Na sequência dos mais recentes acontecimentos políticos, designadamente daqueles que envolvem a possibilidade da opção pela construção do futuro Aeroporto Internacional de Lisboa na margem sul do rio Tejo, levam a Comissão Política Concelhia do PSD de



Coruche a tornar pública a seguinte posição:

1- É do maior interesse municipal, para o concelho de Coruche, que esta eventualidade se possa tornar uma realidade. De facto, a construção de uma infra-estrutura desta dimensão, permitirá ao município de Coruche e à maioria

socialista que o governa, repensar toda a estratégia de desenvolvimento para o concelho, obrigando necessariamente à revisão de todos os fundamentos e todas as perspectivas que podem vir a constituir o futuro Plano Director Municipal;

2- Neste contexto, o PSD de Coruche, ao tornar pública esta sua opção estratégica, desafia o PS local e o Presidente da Câmara Municipal de Coruche, a tornarem públicas as suas próprias posições, sob pena de considerar que a estratégia política definida por estas entidades para o concelho de Coruche é determinada pelas orientações nacionais do Partido Socialista e do Governo do Eng. Sócrates;

3- Anunciar – antecipadamente – que na próxima sessão da Assembleia Municipal de Coruche, a realizar em breve, o PSD apresentará uma Moção defendendo a construção do futuro Aeroporto Internacional de Lisboa na margem sul do rio Tejo, concretamente nos terrenos militares de Alcochete – CPS/PSD-Coruche



Notícias de Évora

PSD lembra aos eborenses que a construção do futuro é obrigação de todos

O PSD considera fundamental que se faça um debate público muito participado em torno da proposta de revisão do PDM, do qual dependem as opções sobre os novos rumos a traçar para o futuro do concelho de Évora.

A prová-lo está a maturidade e responsabilidade política com que o PSD decidiu, na Câmara de Évora, viabilizar a discussão pública da proposta de PDM (apesar de a mesma ter sido elaborada apenas pelo PS, às escondidas dos órgãos autárquicos e da população), com vista a não prejudicar a captação de investimento externo que o PS promete há 6 anos, mas cujo único resultado tem sido o crescimento imparável e nunca antes visto do desemprego.

O PSD, embora concordando com a necessidade de promover sem mais demora uma ampla discussão pública do PDM, manifestou desde o início

sérias reservas ao documento apresentado, que desde logo considerou como bastante pobre de opções e escasso de inovação, alertando a equipa técnica para a necessidade de elaborar e apresentar à Câmara Municipal uma versão final do documento que seja fiel aos resultados da discussão pública e às reservas e propostas feitas pelos agentes locais e pela população em geral, durante tal processo.

Com vista ao aprofundamento de uma discussão activa, amplamente participada e empenhada na construção do futuro de Évora, o PSD está aberto à discussão da proposta de revisão do PDM e à apresentação de sugestões da população e de todas as forças vivas do concelho, através dos seus eleitos na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia. – **CPS/PSD-Évora**



Notícias de Faro

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa

A Comissão Política de Secção do PSD / Faro reunida em 4 de Junho de 2007 deliberou apresentar o documento que se anexa, ao Instituto de Conservação da Natureza, ao abrigo do período de “Discussão Pública” referente à proposta de, Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa elaborado pelo ICN.

Não é aceitável que a área de intervenção do PNRF se estenda agora para zonas que actualmente são classificadas como Pré-parque; zonas onde estão previstas acções municipais de interesse público e que sejam simplesmente aniquiladas (Parque Ribeirinho, Porto de Recreio, parque de estacionamento para a Praia de Faro...)

Querem proibir os Farenenses e todos os frequentadores da Ria Formosa de puderem usufruir de alguma qualidade de vida que ainda possuem, com a criação de um conjunto de medidas cerceadoras, limitando a prática de actividades náuticas, pesca lúdica, e outras actividades de recreio e lazer, que podem e devem ser praticadas de modo coerente, preservando e conservando este importante espaço natural.

Não aceitamos baixar os braços, Faro está a sofrer o maior ataque à sua possibilidade de desenvolvimento através da relação com Ria (desportos náuticos, preservação da natureza através da sua divulgação).

Queremos regras de utilização e não regras de proibição.

Mais deliberou:

- Propor aos Partidos com assento na Câmara e Assembleia Municipais de Faro e Juntas de Freguesia conjuntamente com associações de moradores, de profissionais da pesca e clubes náuticos a realização urgente de uma reunião de modo a que esta questão deixe de ser uma questão meramente partidária e que passe a ser um desígnio de todos os habitantes de Faro e frequentadores da Ria Formosa.

- Exigir a prorrogação do período de discussão pública de modo a que haja a participação das Câmaras Municipais e dos cidadãos através de associações ou em nome próprio.

Após este período de discussão pública deve o PNRF fazer as alterações que são da mais elementar justiça (por exemplo: compatibilização entre Planos, salvaguarda dos direitos dos pescadores, moradores, ...) e ser colocado novamente à discussão o Plano de Ordenamento que indiscutivelmente e necessariamente será muito diferente do que foi proposto.

Notícias de Ovar

Fazer Oposição à... Oposição: o incrível acontece!

Depois de um bonito slogan eleitoral que diziam querer “Fazer Melhor”, rapidamente se transformou em “Fazer de Conta” e agora... a gestão socialista instalada na Câmara Municipal de Ovar entretém-se a “Fazer Oposição à ... Oposição”!!!

Isto, de facto, só é possível em Ovar!!!

E tudo isto a propósito de um comunicado emitido pelo gabinete de imprensa da Câmara Municipal de Ovar a propósito da posição muito crítica, assumida pelos Vereadores do PSD sobre as Contas de 2006 da Fundação do Carnaval de Ovar

Diz o comunicado escrito pela nova assessora de imprensa (seguramente a cumprir ordens do actual presidente da Câmara), que “foi solicitada uma oposição construtiva”...

Pois bem, isso é o que os vereadores do PSD têm feito como se pode comprovar pelo conjunto de recomendações apresentadas já em 5 de Dezembro de 2005, sobre o Carnaval de Ovar.

Mas, prossegue o comunicado citando o actual presidente da Câmara, “eu não sabia, ou desconhecia que ser vereador da oposição representa um pedido de dispensa de qualquer tipo de contributos”...

Nada mais enganador e ilusório. É que pela mesma ordem de razão, eu pergunto porque é que o actual presidente da Câmara não assume as suas responsabilidades, passando a fazer parte do Conselho de Administração da Fundação do Carnaval (uma vez que se “demitiu” dessa função delegando essa responsabilidade num seu “ajudante”)?

Das duas uma, ou o actual Presidente da Câmara assume a presidência da Fundação de Carnaval, com todas as consequências daí inerentes, e nessa condição, os vereadores do PSD também estão disponíveis para colaborar activamente, ou então que tenha a coragem de separar as águas e retirar o actual vereador do cargo de Presidente da Fundação, separado as funções de gestores de uma Fundação, dos cargos de representação política como desempenham os membros do executivo.



Fica aqui o repto!

Mas o comunicado não se fica por aqui. De uma forma prepotente, antidemocrática e arrogante, tenta colocar em causa o papel da oposição.

Ora, nós todos sabemos que “fazer oposição” é o hobby preferido do actual presidente da Câmara... foi assim, enquanto líder da bancada socialista na Assembleia Municipal, quando o PSD governava a CM Ovar e foi assim enquanto vereador do executivo socialista liderado pelo Dr. Armando França.

Sim. A verdade é que Manuel de Oliveira foi o principal opositor a Armando França durante todos os anos em que fez parte do seu executivo!

A crítica permanente e “em surdina” eram uma constante da acção política do então vereador da Cultura Manuel de Oliveira. O que revelava uma enorme falta de solidariedade e de coesão no executivo municipal e que foi a chave da construção de uma imagem de distanciamento por tudo aquilo que corria menos bem ou mesmo mal.

Uma caminhada que, reconheço, se veio a revelar eficaz do ponto de vista político.

Pela experiência de dois anos na liderança do executivo municipal, não tenho

dúvidas ao afirmar que Manuel de Oliveira é melhor a fazer oposição do que a governar!

Quando o actual Presidente da Câmara Municipal de Ovar solicita (agora) uma oposição construtiva por parte dos Vereadores do PSD, eu gostava (aqui e agora) de recordar um episódio caricato, mas elucidativo, da falta de memória ou da incoerência de quem profere tais “arruaças”.

Em Agosto de 2006, os Vereadores do PSD apresentaram uma proposta para a criação de um Grupo de Trabalho para estudar a implementação de benefícios fiscais ao investimento no concelho de Ovar.

Esta proposta surgiu na sequência do pacote de benefícios fiscais concedidos ao empreendimento SPORTSFÓRUM, e ditavam as regras da defesa do interesse público e da igualdade de oportunidades, que esses benefícios fossem alargados a outras situações e potenciais investidores que pudessem trazer mais valias e criação de emprego para o Concelho de Ovar.

Pois bem, se assim pensamos, assim o fizemos.

Mas, qual não foi o nosso espanto quando a reacção foi peremptoriamente contra a nossa proposta CONSTRUTIVA e

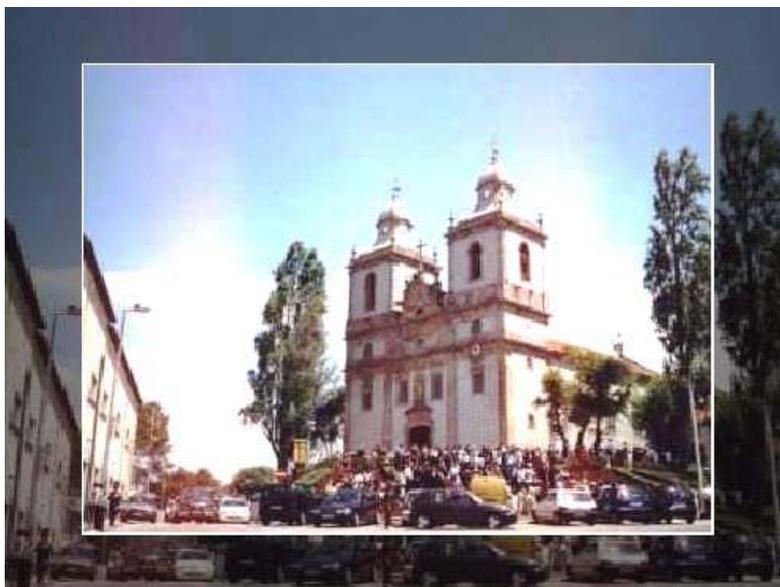
promotora da IGUALDADE DE OPORTUNIDADES.

Pela sua importância e oportunidade, destaco aqui algumas passagens da declaração do actual presidente da Câmara que ficaram registadas em acta:

“ (...) sem prejuízo dos contributos construtivos de todas as forças políticas, devem os executivos mandatados para a gestão municipal ser responsáveis pela definição das políticas e procura dos recursos indispensáveis à sua concretização e execução. Manda a democracia que quem governa apresente propostas, defina políticas e acções, avalie e procure acautelar os recursos necessários, sem prejuízo do acolhimento de propostas que possam ajudar a melhorar as políticas que considere mais adequadas. Manda a democracia que cada um exerça as suas próprias competências. Não faz muito sentido que quem está legitimado para gerir e governar não tenha propostas próprias e permita que outros façam a gestão que é da sua competência. Acolher propostas é uma coisa. Permitir que sejam as oposições a definir as políticas é outra bem diferente e seria sinal duma demissão que trairia a própria legitimidade democrática.”

Prosseguindo,

“ (...) A proposta que o PSD apresenta não representaria, a ser aceite, um contributo para a gestão que pretendemos. Antes significaria uma tentativa de, com o pretenso



argumento dos “estudos”, nos impor políticas que, de outro modo, não conseguiram, porque a população do concelho assim decidiu. Salvaguardando níveis de actuação era como se o governo deste país pedisse às oposições que estudassem e propusessem as políticas e as medidas que pretendesse implementar.”

e ainda,

“(…) Com o devido respeito pela tolerância e pluralismo democráticos, a cada um a sua função. No devido tempo e momentos adequados apresentaremos, como temos feito, as nossas propostas. E estaremos receptivos às sugestões e contributos de todos. Mas, como é óbvio, não podemos aceitar esta proposta do PSD. A forma e a fórmula não são aceitáveis. E a conjuntura não é decididamente a melhor. Registamos o contributo e a vontade. (…)”

Se dúvidas houvessem, ficaram dissipadas com estas declarações do próprio que “solicita uma oposição construtiva”!

Agora, em nome da coerência, o actual presidente da Câmara não pode (ou não deve) suscitar uma “oposição construtiva” num dia e, no dia anterior, rejeitar categoricamente as propostas dos Vereadores do PSD.

Em que ficamos senhor presidente?

O que o actual presidente da Câmara não estava era habituado a ter OPOSIÇÃO. O reino do QUERO, POSSO e MANDO não será por nós tolerado!

Os Vereadores do PSD têm muito orgulho no papel que desempenham. Um papel fundamental à Democracia. Um papel de fiscalização permanente e atenta. Um papel de participação e construção daquilo que consideramos, em cada momento, o melhor para a nossa Terra.

Por isso, não nos limitamos a fiscalizar. Neste primeiro ano e meio de mandato, apresentamos dezenas de requerimentos, recomendações, propostas, pedidos de esclarecimento, sugestões curiosamente, muitas das quais mereceram a concordância da maioria socialista.

Mas tudo isto de uma forma coerente e responsável. Fiéis aos nossos princípios, aos nossos valores e ao programa eleitoral que apresentamos a sufrágio. Correspondendo, assim, à confiança que em nós depositaram mais de 9.000 eleitores.

Agora, não podemos é tolerar autoritarismo exacerbado e manifestações agressivas e intoleráveis de veemência verbal típica de quem não tem a serenidade suficiente para governar os destinos da autarquia.

E mais, achamos inqualificável a utilização dos recursos humanos e técnicos da autarquia (incluindo, a panóplia de assessores) para emitir comunicados, em nome da



autarquia, a atacar e a denegrir membros do próprio executivo.

Uma coisa é um comunicado do partido que suporta (ou ainda vai suportando) a gestão socialista na CM

Ovar. Outra coisa, é a utilização de recursos e dinheiros públicos para atacar politicamente os Vereadores do PSD e a questionar o seu papel e a sua função.

Ou será que os autarcas do PS de Ovar não conhecem a Lei? – *Álvaro Santos, PSD/Ovar*

Vereadores PSD em Ovar fazem análise crítica às Contas de 2006 da Fundação do Carnaval de Ovar

Da análise às Contas de 2006 da Fundação de Carnaval de Ovar, os Vereadores do PSD fazem uma análise crítica sustentada nos seguintes factos:

1. Tal como é referido na informação da Câmara Municipal de Ovar, os documentos de prestação de contas de 2006 da Fundação do Carnaval de Ovar “evidenciam uma deterioração da situação financeira face ao ano de 2005”. Esta deterioração é comprovada, fundamentalmente, pelo resultado líquido negativo de E. 37.531,32, enquanto que em 2005, esse resultado foi positivo de E. 112.466,61. Ou seja, a situação financeira agravou-se significativamente em E. 150.000,00, de 2005 para 2006.

2. Este agravamento da situação financeira é explicado no Relatório de Gestão pelo aumento de despesas relacionadas com a vigilância e segurança, sinistros ocorridos durante o curso, impostos, rendas e alugueres. Mais, para suprir as necessidades de tesouraria, a Fundação recorreu a empréstimos de médio e longo prazo aumentando, assim, o seu endividamento a instituições de crédito que agora se cifram nos E. 125.000,00.

3. Em suma, o resultado líquido apresenta-se negativo em virtude da diminuição de proveitos, ao nível dos subsídios à exploração, associada a um aumento generalizado dos custos operacionais. O que é bem demonstrativo da falta de rigor e do despesismo que foram apanágio da gestão de 2006 da Fundação do Carnaval de Ovar.

4. Os Vereadores do PSD estão preocupados e alertam para o elevado Passivo acumulado na gestão de 2006 da Fundação do Carnaval de Ovar que já é de E. 375.000,00, dos quais E. 125.000,00 são de dívidas a instituições de crédito e E. 250.000,00 são de acréscimos e diferimentos, onde estão incluídas as dívidas a fornecedores diversos.

5. Outra situação que é reveladora da insustentabilidade das contas da Fundação do Carnaval, prende-se com o elevado montante financeiro despendido com as rendas e alugueres de instalações diversas, que perfazem a quantia de E. 84.056,00, representando, nada mais, nada menos, do que 25% do volume de negócios da Fundação. Ora, este dinheiro gasto anualmente era mais do que suficiente para se avançar com a, muito badalada e propagandeada, construção da Aldeia de Carnaval que parece que ficou para as calendas gregas...

Em suma, estes são os aspectos mais relevantes da análise crítica que os Vereadores do PSD fazem às Contas de 2006 da Fundação de Carnaval de Ovar e que, naturalmente, merecem o nosso firme reparo e profunda discordância. – **Vereadores do PSD na CM de Ovar**

Notícias do Porto

Visita de Deputados do PSD ao Concelho de Lousada

O Grupo de Deputados do PSD eleitos pelo círculo do Porto elegeu o Concelho de Lousada como destino da visita de trabalho que se realizou no dia 4 de Junho.

Embora distando apenas 35 quilómetros da cidade do Porto, Lousada é hoje um concelho «parado no tempo», nas palavras do Deputado Jorge Costa que elencou, em Conferência de Imprensa, os principais entraves que se colocam a uma melhor qualidade de vida dos Lousadenses.

Com efeito, os Deputados social-democratas puderam constatar no terreno o nível reduzidíssimo de cobertura da rede de saneamento no concelho, uns escassos 18%, assim como de abastecimento público de água, servindo este apenas 42% da população. As consequências ambientais estão à vista de todos e traduzem-se em inúmeras condutas de saneamento a desaguar directamente em rios e ribeiros, colocando obviamente em causa a qualidade do ambiente envolvente. Durante esta deslocação, os Deputados foram ainda confrontados com a construção de uma pista de motocross junto à nascente do Rio Mesio, um atentado ambiental sobre



o qual não se compreende o silêncio da autarquia.

Por outro lado, em matéria de Acessos, a ausência de investimento público e privado no Concelho demonstra de forma clara que Lousada não conseguiu aproveitar as vantagens decorrentes da abertura de novas auto-estradas, nomeadamente da A11 e da A42. Existem, aliás, obras previstas nos estudos de impacte ambiental destas vias que, dois anos após a sua inauguração, se encontram por realizar.

Por todas estas razões, é urgente que a Autarquia reveja as suas prioridades de investimento, apostando claramente nas infra-estruturas básicas do Concelho, promovendo desta forma a sua atratividade, à semelhança do que vem acontecendo com os concelhos vizinhos de Paredes e Paços de Ferreira.

Os trabalhos da Distrital social-democrata prolongaram-se durante o jantar e a noite com as reuniões das Comissões Políticas Permanente e Alargada, contando esta última actividade com uma Palestra sobre o tema muito actual da «Eficiência Energética e o QREN», proferida pelo Professor Pedro Santos. - CPD/PSD-Porto

Notícias de Santarém

Deputados eleitos pelo PSD querem evolução da capacidade de endividamento das autarquias

Em requerimento dirigido ao Presidente da Assembleia da República, os Deputados do PSD eleitos pelo distrito de Santarém, vêm a público afirmar e pedir:

A Lei nº 42/98, de 6 de Agosto, regulou durante vários anos a actividade financeira das autarquias locais. Os seus artigos 23º a 27º estabeleciam o regime de crédito dos municípios, as características do endividamento municipal, o regime dos empréstimos para saneamento financeiro municipal, dos contratos de reequilíbrio financeiro municipal,

bem como a base do regime de crédito das freguesias.

A Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, veio revogar o anterior regime criado pela mencionada Lei nº 42/98, tendo estabelecido novos critérios para o endividamento das autarquias.

Atendendo a esta alteração substancial, importa obter informação pormenorizada e comparada sobre o regime que anteriormente vigorava e aquele que agora vigora para os municípios de Portugal.

De acordo com esta nova legislação, e designadamente no seu

artigo 5º, ficou mesmo permitido que a Lei do Orçamento do Estado estabelecesse pontualmente limites diversos dos previstos na própria Lei das Finanças Locais com a criação de uma penalização para a ultrapassagem desses limites que consiste na retenção, pelo Estado, de um montante verbas idêntico ao valor ultrapassado pela autarquia em causa.

Nestes termos, por ser do interesse público, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo assinados requerem, com carácter de urgência, por intermédio

de V.ª Ex.ª, à Presidência do Conselho de Ministros, através da Secretaria de Estado da Administração Local, que nos sejam disponibilizados, Município a Município, os montantes da capacidade de endividamento, pelos diferentes tipos/categorias de endividamento (por exemplo, curto prazo, médio e longo prazo, "leasing", factoring", etc.), comparados entre o regime aplicável em 31 de Dezembro de 2006 e na vigência da actual Lei nº 2/2007. - Os Deputados, Vasco Cunha, Miguel Relvas e Mário Albuquerque

Notícias de Setúbal

Distrital de Setúbal espera que não haja mais «derrapagens» nos prazos

A modernização da Linha do Sado, nomeadamente o troço entre o Pinhal Novo e o Barreiro, foi o principal assunto da reunião, realizada terça-feira, entre o deputado à Assembleia da República Luís Rodrigues, e o presidente da Distrital do PSD, Bruno Vitorino, com Administradores das empresas REFER e CP.

Os dirigentes social-democratas manifestaram-se apreensivos com os atrasos na prevista modernização da referida linha, esperando uma atitude mais convicta do governo para que não hajam mais derrapagens nos prazos inicialmente previstos.

Os responsáveis das empresas garantiram que no próximo ano se vai iniciar o processo de



modernização da linha, que compreende a electrificação e a colocação de sinalização electrónica,

bem como intervenções de remodelação e beneficiação das estações e apeadeiros.

O deputado Luís Rodrigues espera que, com este investimento, o serviço melhore de modo a que os transportes públicos venham a ganhar alguma quota de mercado em relação aos transportes privados, manifestando também alguma apreensão com notícias vindas a público, da parte do Coordenador do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), que põem em causa o futuro da Terceira Travessia do Tejo, devido ao facto de esta não ser considerada prioritária.

Os dirigentes social-democratas foram informados de que após a REFER proceder à modernização

das linhas-férreas, a CP irá mudar as composições com tracção a diesel para composições eléctricas, algo que os responsáveis referem ser um material mais moderno, com melhores performances e grau de fiabilidade. Esta alteração irá permitir a redução do tempo do percurso das viagens de comboio.

Com as mudanças previstas, Bruno Vitorino espera que seja esclarecido rapidamente se as oficinas da EMEF (Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários) vão ou não continuar a funcionar no concelho do Barreiro. “Esta é uma questão que urge ser respondida, até para que se possa salvaguardar todos os postos de trabalho”.

– CPD/PSD-Setúbal

Notícias de Sintra

Ambiente solidário – balanço da “Reutilândia” e dia da Ecosolidariedade

Mais de 16.000 objectos doados aos mais carenciados, dezenas de visitantes diários, são os resultados do primeiro aniversário do projecto Reutilândia divulgados a 14 de Junho, dia em que foi instituído em Sintra o Dia Municipal da EcoSolidariedade.

O sucesso deste projecto levou a autarquia a criar o Dia Municipal da Solidariedade visando gerar acções, projectos e iniciativas que contribuam para um melhor ambiente em Sintra, aliando a vertente ambiental e social.

A Reutilândia materializa-se num autocarro com 13 metros que acolhe objectos que uns já não precisam mas que, para outros, podem ser um precioso recurso. Trata-se de promover a reutilização de recursos, ajudando quem mais precisa, ao mesmo tempo que reduz a produção de resíduos. A Reutilândia faz, para isso, circuitos mistos de recolha e distribuição (de vestuário, electrodomésticos, brinquedos, etc, em todas as freguesias de Sintra.

Dos 16.000 objectos entregues na



ReutiLândia ao longo deste primeiro ano, 64% foram recolhidos pela população, ou seja, constata-se que houve mais entregas do que saídas, o que revela que actualmente as pessoas estão mais dispostas a dar do que a receber.

Precisamente para contrariar esta tendência, decidiu-se criar roteiros alternativos para o segundo ano da Reutilândia (2007/2008), isto é, o autocarro irá deslocar-se nos próximos Junho, Julho e Agosto a bairros carenciados em horários mais

acessíveis ao quotidiano das pessoas (fins-de-desemna e fins-de-tarde). Para tal, foram previamente sinalizados os locais susceptíveis de potenciar o levantamento de artigos.

Outra novidade é a criação de roteiros escolares, isto é, o autocarro irá deslocar-se às escolas do concelho de Setembro de 2007 a Junho de 2008 para acções de sensibilização, mas também para recolha e distribuição de objectos.

Neste primeiro ano da Reutilândia, Algueirão-Mem Martins, Massamá e Cacém foram as freguesias com mais objectos entregues (com maior oferta), enquanto S.João das Lampas, Algueirão-Mem Martins e Pero Pinheiro foram as freguesias com mais objectos recolhidos (maior procura).

Como de aniversário se tratou do 1º aniversário, 45 crianças deram presentes ao Reutilândia que serão posteriormente distribuídos por 45 crianças desfavorecidas.

– Gab. Imp. Sintra

Comunicação da CPD de Braga

sobre a reunião com o Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho

A Comissão Política Distrital da JSD de Braga reuniu com o Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho. Esta reunião insere-se numa iniciativa iniciada em 23 de Março, aquando da comemoração do Dia do Estudante, em que a Comissão Política Distrital de Braga anunciou que iria reunir com as Associações de Estudantes do Ensino Superior no Distrito de Braga.

Presentes no encontro estiveram, Filipe Marinho, Presidente da Comissão política Distrital da JSD, Miguel Araújo na qualidade de Coordenador do Ensino Superior da CPD-Braga, e da parte da Associação Académica da Universidade do Minho o seu Presidente Pedro Soares.

Da referida reunião foram retiradas as seguintes ilações:

- Relativamente a Bolonha, a adaptação a este novo modelo tem-se registado com algumas dificuldades, que se podem considerar normais, nalguns casos, tendo em conta a mudança operada, porém, noutros importa dizer o seguinte: Bolonha previa que a reorganização dos cursos fosse feita em parceria e de acordo com as necessidades do mercado de trabalho. Na prática, nada deste pressuposto foi cumprido. Facto pelo qual criticamos com veemência!
- Impreparação por parte de alguns docentes na forma de leccionar de acordo com os pressupostos de Bolonha. Neste sentido, deveriam existir mais incentivos por parte do governo para a Formação Pedagógica dos Docentes.
- A necessidade de financiamento do 2º ciclo.
- Privilegiar a avaliação contínua em detrimento da avaliação final.
- Necessidade de ajustar os processos de avaliação aos trabalhadores-estudantes.
- A avaliação pedagógica dos docentes, uma das bandeiras da JSD, deverá ser estabelecida não só ao nível científico, mas também pedagógico, e, onde os estudantes tenham uma palavra a dizer.
- Prestamos toda a solidariedade para com os alunos de Engenharia Civil e a própria Universidade do Minho. É inadmissível, a forma como a DGES tem gerido este processo. O mestrado integrado em Engenharia Civil impõe-se.
- O regime jurídico não poderá afectar a autonomia das Universidades, e onde deve ser reforçado o papel dos alunos.
- Apostar na formação complementar em Educação Não-Formal. E desde já, congratulamo-nos com a AAUM e UM pelo desenvolvimento e implementação da ENF no ano de implementação de Bolonha, sobretudo no combate ao abandono e insucesso escolar.

A JSD, irá ainda remeter às entidades competentes as conclusões e correspondentes preocupações resultantes da reunião realizada. -
Comissão Política Distrital de Braga da JSD



Comunicado dos TSD de Lisboa AML

De acordo com o Núcleo dos TSD da ANA, SA a Portela + Sintra é uma opção transitória racional

Considerando os principais factores e os condicionalismos emergentes para a aviação civil comercial, a saber:

Céu único e a inerente reformulação do espaço aéreo nos estados contratantes e os reflexos na reorganização dos corredores de circulação da Península Ibérica;

A tendência instalada para o gradual aumento do preço dos combustíveis para a aviação em particular;

Política de taxas europeias e as tendências de contracção dos custos para os operadores;

Aproximação, para baixo, das taxas aeronáuticas aplicadas aos voos, indiferentemente do tipo de tráfego. Atenta a pressão concorrencial, cada vez mais a tipologia do voo “regular” se aproxima do “low-cost”;

O típico operador low-cost, como utilizador de muito baixo valor de negócio para a área de “handling” e “catering”, tende a exigir dos aeroportos um conjunto de facilidades que não respeitam as regras normalmente a cumprir pelos operadores regulares tradicionais (não low-cost), designadamente:

a) Embarques/desembarques de passageiros a pé até à aerogare e sujeitos a intempérie.

b) Favorecimento/preferências de posições de estacionamento das aeronaves, com liberdade de manterem o APU ligado (não respeitando regras do ambiente (ruído) e outras facilidades.

A manter-se a diferenciação da qualidade, do tipo de serviço e do preço, entre as low-cost versus regular, será prudente e aconselhável (adequada) uma separação física (2 aerogares/aerportos) a bem da transparência dos custos que as taxas a aplicar devem reflectir e por outro lado não é legalmente possível nem admissível, que no mesmo espaço se possa obrigar ao cumprimento de regras diferentes. Esta separação é o que é seguido nos outros estados, designadamente no Reino Unido.

Nessa medida, considerando ainda:

A necessária adaptação das forças armadas, particularmente da Força Aérea Portuguesa, às reais

necessidades emergentes das novas doutrinas de actuação bem como às missões que lhes estão actualmente confiadas, optimizando meios e adoptando novas tecnologias que lhes permitam cumprir mais eficientemente as missões que lhes estão confiadas; actualmente o treino é essencialmente efectuado em simuladores (um dos motivos porque a Força Aérea prescinde do Campo de Tiro de Alcochete, que já não é fonte de receita para a Força Aérea, visto que deixou de ser utilizado para treino por forças de outros países e o simulador poderá ser uma das contrapartidas da cedência, sendo um equipamento necessário).

Torna-se imperioso ao País, numa conjuntura económica muito complexa e difícil, considerar todas as oportunidades de aproveitamento/optimização de infra-estruturas que se apresentem sobretudo se a utilização de tais infra-estruturas, pela sua natureza, reduzirem o esforço financeiro do Estado e dos Portugueses.

Ora a hipótese de “Portela +1”, atento que:

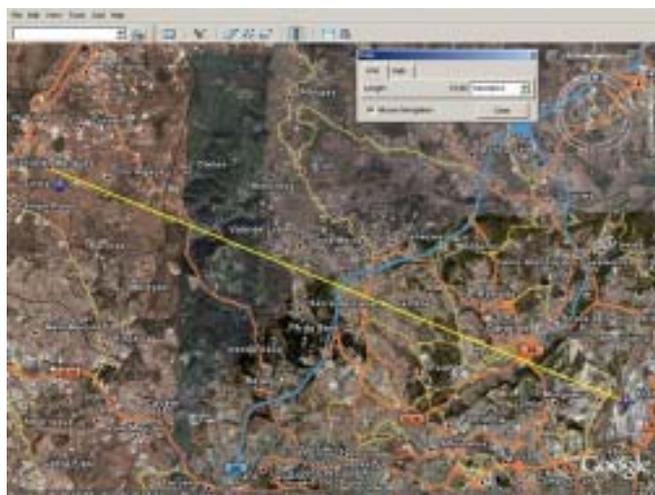
O passageiro típico do actual Aeroporto de Lisboa destina-se ou é originário:

a) À grande Lisboa, com incidência no eixo Lisboa - Cascais e Lisboa - Sintra;

b) Ou é um passageiro de ligações internacionais captadas no mercado da América Latina e/ou África com destino típico à Europa.

A Carga aérea é maioritariamente destinada e captada na Área Metropolitana de Lisboa.

Faz todo o sentido estudar e equacionar, o aproveitar nas facilidades emergentes da libertação da base de Sintra, para um aproveitamento coerente e sustentado daquela infra-estrutura apoiando o tráfego de passageiros essencialmente com destino final a Lisboa originado a partir das actuais low-cost sobretudo atento às baixas solicitações que os mesmos operadores colocam ao Aeroporto. Por outro lado Sintra fica numa posição central para os eixos de turismo Lisboa/Cascais, Setúbal/Tróia e o Oeste (Sintra/Caldas da Rainha).



Se a opção Portela+Sintra for considerada, temos como vantagens:

a possibilidade de sinergias (baixa de custos associados) no controlo de tráfego aéreo – aproximação comum, apenas divergindo na final para as TWR respectivas;

A conveniente separação (utilização de aeroportos diferentes) para diferente tipo de operação (qualidade, condições de transporte e direitos de garantia, ambiente e preço) Comunicabilidade entre aeroporto e catchment área através de boa rede viária e de caminho de ferro, célere.

Granja do Marquês em Sintra é a nossa proposta para complementar a Portela

Com a manutenção em funcionamento da Portela e uma devida partilha civil/militar das restantes infra-estruturas actuais existentes passíveis de um uso comum, parece-nos ser uma mais valia negligenciável não estudar a viabilidade de Sintra, quanto mais não seja numa fase transitória, em paralelo com a Portela no escoamento do tráfego que solicita operação para Lisboa.

A pista de Sintra reúne as condições mínimas para satisfazer as necessidades e características das aeronaves operadas pelos operadores de baixo custo, assim como as regulares a operarem em rotas inter-europa. A pista de Sintra é equivalente

à pista secundária da Portela, 1800 mts de comprimento.

Creemos que as instalações e edificações da Base de Sintra, com as devidas adaptações e de baixo custo, revelar-se-ão atractivas a nível de investimento, para funcionar nos moldes de tráfego civil.

Numa perspectiva macro, a realidade aeroportuária para Lisboa seria:

A manutenção em operação da Portela, cujas vantagens são por demais conhecidas e defendidas, essenciais para o desenvolvimento quer da Área Metropolitana de Lisboa, quer do próprio País.

O aproveitamento de uma infra-estrutura militar, neste caso apontamos para Sintra, para uso comum ou transformação para uso exclusivo civil, que funcionaria para operação de companhias com menos exigências e seus consequentes custos,

O funcionamento misto, tal como agendado já para 2008, da infra-estrutura de Beja.

Neste cenário, seria criada uma almofada temporal sem constrangimentos para ser reavaliada a necessidade de que tipo de aeroporto novo Lisboa necessita. Assim entendemos que as vantagens desta nossa proposta não são comparáveis com o projecto megalómano da OTA. - O Núcleo dos TSD da ANA + OS TSD de Distrito de Lisboa AML



ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Arganil, para reunir no dia 27 de Julho de 2007, pelas 20h30, na sede sita no Largo Padre Manuel Vasconcelos, nesta Vila de Arganil, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia, na Sede da Secção.

AZAMBUJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Azambuja, para reunir no próximo dia 21 de Julho de 2007 (sábado), no Largo da Fonte de Santo António, nº 1, em Azambuja, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas para os delegados ao Congresso devem ser entregues na morada supra, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 14h00 e as 17h00.

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes para uma reunião da Assembleia de Secção do Barreiro no dia 13 de Junho de 2007, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos de interesse geral.

DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 30 de Junho de 2007, pelas 15h00 no Auditório da Escola Profissional, sito na Rua Dr. Joaquim Carlos da Cunha Cerqueira, em Arcos de Valdevez, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Reorganização das Regiões de Turismo;

2. Informações;
3. Análise da situação Político-partidária.

4. Outros assuntos

Nota: A concentração dos membros da Assembleia Distrital que queiram participar nas visitas à Vila dos Arcos de Valdevez, será às 10h00 na Casa das Artes, seguido de Almoço no Restaurante Mafadouro.

Também se informa, que se vai realizar no próximo dia 26 de Junho às 21h30 no Auditório da Escola Secundária de Valença, um debate sobre Saúde, para o qual agradecemos a vossa presença.

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se o Plenário de militantes do PSD do Entroncamento, para reunir no dia 20 de Julho de 2007, pelas 20h00, na sede local do PSD, sita na Rua Almirante Reis, 64, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos da Secção.

Nota: de acordo com o ponto 5, do artigo 9º, do Regulamento Eleitoral, as urnas estarão abertas entre as 20h00 e as 22h00.

As listas candidatas deverão ser apresentadas na Sede Local do PSD, até às 24h00 do dia 17 de Julho de 2007, entando a Sede aberta, nesse dia das 22h00 às 24h00.

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco o Plenário da Secção de Espinho, para reunir no dia 2 de Julho de 2007, pelas 21h30, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Espinho, sita no Largo dos Combatentes, em Espinho, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e votação do relatório de contas 2006
2. Plano de actividades e orçamento para 2007
3. Análise da situação política.

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Lousada, para reunir no próximo dia 6 de Julho de 2006 (sexta-feira), PELAS 21H00, na Freguesia de Nespereira, no Edifício Cimo de Vila 1, no Lugar de Cimo de Vila, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: análise da situação política.

MACAU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de

Macau para uma Assembleia Eleitoral de Secção a realizar no próximo dia 28 de Julho de 2007 pelas 18h00, no The ROCKS Hotel, Macau Fisherman's Wharf, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção.

Notas:

1. Para efeitos de votação as urnas encontram-se abertas entre as 18h00 e as 20h00.

2. A entrega das listas dos candidatos a cada órgão terá de ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto (dia 25 de Julho), no mesmo The ROCKS Hotel, junto do coordenador do Secretariado das Comunidades Portuguesas do PSD, José Cesário.

3. As listas dos candidatos à Mesa da Assembleia de Secção deverão ser compostas por:

- Presidente
- Vice Presidente
- Secretário

A lista à Comissão Política de Secção deverá ser composta por:

- Presidente
- Um ou dois Vice Presidentes
- Tesoureiro
- Vogais (4 a 8)

4. As listas poderão conter suplentes até ao limite de 30% do número de elementos que as compõem.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portimão, para reunir em Plenário no próximo dia 20 de Julho de 2007. (sexta-feira), pelas 20h30, na sede Concelhia do PSD, sita na Rua Machado Santos, nº 17, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação financeira;
2. Análise da situação político-partidária;
3. Definição do Perfil do Candidato à Câmara Municipal.

SECÇÃO I – DISTRITAL DE LISBOA

As eleições para a Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia da Secção I foram marcadas para o próximo dia 13 de Julho, data essa que veio a coincidir com o encerramento da campanha para as eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa, nesta conformidade altera-se a data das eleições na Secção I para o próximo dia 14 de Setembro, pelo que se segue a respectiva convocatória.

Ao abrigo do nº 3 do artigo 71º dos Estatutos e do nº 2 do artigo 15º do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes do PSD da Secção I de Lisboa, para reunir no dia 14 de Setembro de 2007 (sexta-feira), das 19h00 às 23h00, na sede Distrital, sita à Rua da Junqueira, nº 209, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

As listas candidatas devem ser entregues na sede Distrital até as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, dia 11 de Setembro de 2007.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes do PSD do Seixal, para uma reunião ordinária a realizar, no dia 28 de Junho de 2007 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua M.F.A., nº 11 – Paivas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária;
3. Outros assuntos.

VILA DO CONDE

Ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Vila do Conde, para uma Assembleia de Secção de Vila do Conde a realizar no dia 20 de Julho de 2007, pelas 21h00, na sua Sede, sita na Praça da República, 7, em Vila do Conde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Notificação das Convocatórias;
2. Prestação de contas relativas ao ano de 2006;
3. Orçamento para o ano 2007;
4. Situação político-partidária.



Núcleo de Gilmonde

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se as eleições para o núcleo de Gilmonde da Secção da JSD de Barcelos, para o dia 20 de Julho de 2007, pelas 20H, no Lugar do Monte, freguesia de Gilmonde – Barcelos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Eleição da Comissão Política do núcleo de Gilmonde
- 2 - Eleição da Mesa de Plenário do núcleo de Gilmonde

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 20 horas às 21 horas.

O Presidente da Mesa

João Miguel Sá